

L E I N. 10.105, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

Autoriza o Município, por intermédio da Secretaria de Educação e Cidadania, a celebrar Termo de Colaboração com a Sociedade Amigos do Bairro Terceira Divisão e Adjacências, objetivando o desenvolvimento do Centro de Educação Infantil Maria Aparecida Barboza Pedroza, para atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 93 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município, por intermédio da Secretaria de Educação e Cidadania, autorizado a celebrar Termo de Colaboração com a Sociedade Amigos do Bairro Terceira Divisão e Adjacências, objetivando o desenvolvimento do Centro de Educação Infantil - CEDIN - Maria Aparecida Barboza Pedroza, para atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade, filhos de mães com atividades remuneradas e de baixa renda.

Art. 2º As condições de realização da parceria, ora autorizada, estão estabelecidas na Minuta do Termo de Colaboração e Plano de Trabalho, inclusos, que são partes integrantes desta Lei.

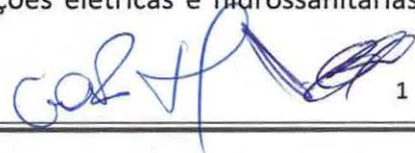
Art. 3º Aplica-se subsidiariamente ao Termo de Colaboração autorizado por esta Lei a legislação aplicada aos Centros Comunitários de Convivência Infantil - CECOI, com suas alterações, e sua respectiva regulamentação.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos do Termo de Colaboração, fica o Município autorizado a ceder servidores e estagiários, fornecer alimentação escolar para as crianças atendidas, a transferir recursos financeiros e a outorgar permissão de uso de um imóvel de domínio público municipal à Sociedade Amigos do Bairro Terceira Divisão e Adjacências, localizado na Rua Benedito Pereira Lima, n. 390, no Loteamento Jardim Telespark, com as medidas, limites e confrontações abaixo descritas, bem como dos bens móveis necessários ao funcionamento do Centro de Educação Infantil - CEDIN, nos termos do Relatório de Patrimônio, incluso, que é parte integrante desta Lei:

I - Unidade: Centro de Educação Infantil - CEDIN - Maria Aparecida Barboza Pedroza;

II - Propriedade: Prefeitura de São José dos Campos;

III - Localização: trata-se de imóvel público de domínio municipal, situado à Rua Benedito Pereira Lima, n. 390, no Loteamento Jardim Telespark, de formato irregular, em acive e com benfeitorias, ou seja, edificação em alvenaria com cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias,



piso e pintura, com área total construída de 3.039,95m² (três mil trinta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados);

IV - Medidas e Confrontações: medindo em dois segmentos 16,32m (dezesseis metros e trinta e dois centímetros) de extensão em reta e 29,68m (vinte e nove metros e sessenta e oito centímetros) de extensão em curva de frente para a Rua Benedito Pereira Lima; pelo lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel medindo em quatro segmentos: 18,75m (dezoito metros e setenta e cinco centímetros) de extensão em reta; deflete para a direita e segue por 4,32m (quatro metros e trinta e dois centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 13,45m (treze metros e quarenta e cinco centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 38,76m (trinta e oito metros e setenta e seis centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 54,88m (cinquenta e quatro metros e oitenta e oito centímetros) de extensão em reta, confrontando com a área remanescente de domínio público municipal, de fundos em catorze segmentos; neste deflete à direita e segue por 4,13m (quatro metros e treze centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 3,73m (três metros e setenta e três centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 12,15m (doze metros e quinze centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 8,07m (oito metros e sete decímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,03m (quatro metros e três centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,32m (quatro metros e trinta e dois centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 16,18m (dezesseis metros e dezoito centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,01m (quatro metros e um centímetro) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 3,98m (três metros e noventa e oito centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,04m (quatro metros e quatro centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 20,21m (vinte metros e vinte e um centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 7,97m (sete metros e noventa e sete centímetros) de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 16,37m (dezesseis metros e trinta e sete centímetros) de extensão em reta, confrontando com a área remanescente de domínio público municipal; neste deflete à direita e segue por 84,63m (oitenta e quatro metros e sessenta e três centímetros) de extensão em reta, confrontando com área da Mitra Diocesana de São José dos Campos - Paróquia de São Benedito - fechando o perímetro;

V - Área total: o perímetro descrito perfaz uma área de 5.990,49m² (cinco mil novecentos e noventa metros e quarenta e nove decímetros quadrados).

Parágrafo único. A área acima descrita está mais bem caracterizada no Memorial Descritivo, Planta e Laudo de Avaliação, inclusos, que são partes integrantes desta Lei.

Art. 5º A permissão de uso de que trata o art. 4º desta Lei será concedida a título precário, gratuito e com vigência pelo prazo de duração do Termo de Colaboração ora autorizado, cabendo à permissionária a manutenção do imóvel, conservando-o permanentemente em bom estado enquanto durar a permissão, procedendo às medidas para tal, independentemente de notificação do Município.

Art. 6º Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e quaisquer outros advindos de atividades exercidas sobre o imóvel permissionado relativos aos contratados da

Sociedade Amigos do Bairro Terceira Divisão e Adjacências serão de sua exclusiva responsabilidade, devendo manter a regularidade jurídica e fiscal durante a vigência do Termo de Colaboração.

Art. 7º A permissionária obriga-se a entregar o imóvel e os bens móveis permissionados em perfeitas condições de uso e no mesmo estado que se encontrarem no ato desta autorização no fim da permissão.

Art. 8º É vedada a transferência da permissão a terceiros ou o uso dos bens permissionados em atividade diferente da prevista nesta Lei.

Art. 9º A permissão de uso será revogada e os bens objetos da mesma reverterão à posse direta do Município, acrescidos de todas as benfeitorias e acessões neles introduzidas, independentemente de qualquer indenização à permissionária, quando o interesse público o exigir ou for dada aos bens, no todo ou em parte, destinação diversa daquela permissionada.

Art. 10. No instrumento de permissão a ser firmado entre as partes constará obrigatoriamente cláusula de reversão para o caso de ocorrer inobservância ao disposto nos artigos precedentes.

Art. 11. As despesas totais do Município com a execução deste Termo de Colaboração, relativas à transferência de recursos financeiros à Sociedade Amigos do Bairro Terceira Divisão e Adjacências, para o exercício de 2020, estão estimadas em R\$ 1.556.021,76 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, vinte e um reais e setenta e seis centavos), correm por conta da dotação orçamentária n. 40.10.3.3.50.43.12.365.0003.2.028.01.210000, suplementada em até vinte por cento, se necessário.

Parágrafo único. As despesas totais do Município previstas no "caput" deste artigo para o exercício de 2021 estão estimadas em R\$ 2.334.032,64 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos) e para o exercício de 2022, estimadas em R\$ 778.010,88 (setecentos e setenta e oito mil, dez reais e oitenta e oito centavos), sendo que correm por conta de dotações orçamentárias próprias a serem consignadas nos respectivos orçamentos, suplementadas em até vinte por cento, se necessário.

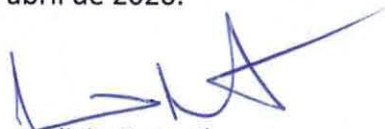
Art. 12. O Termo de Colaboração autorizado por esta Lei somente poderá ser firmado após serem atendidas as disposições constantes na Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, pertinentes à matéria, bem como o disposto na Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e no Decreto n. 18.299, de 7 de outubro de 2019, com suas posteriores alterações e outros dispositivos que venham a substituí-los.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar os termos aditivos e de rratificação que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do Termo de Colaboração autorizado por esta Lei, desde que sua finalidade não seja desvirtuada e não sejam criadas para o Município despesas não consignadas previamente no respectivo orçamento.

Prefeitura de São José dos Campos
- Estado de São Paulo -

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São José dos Campos, 24 de abril de 2020.



Felício Ramuth
Prefeito




Cristine de Angelis Pinto
Secretária de Educação e Cidadania



Melissa Pulice da Costa Mendes
Secretária de Apoio Jurídico

Registrada no Departamento de Apoio Legislativo da Secretaria de Apoio Jurídico, aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte



Everton Almeida Figueira
Departamento de Apoio Legislativo

(Projeto de Lei n. 68/2020, de autoria do Poder Executivo)
Mensagem n. 15/SAJ/DAL/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO ____/2020.

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO de São José dos Campos e a Organização da Sociedade Civil _____, objetivando o Centro de Educação Infantil - _____ no (bairro), para atendimento em período integral e parcial de crianças de zero a cinco anos de idade, filhos de mães com atividades remuneradas e de baixa renda.

Prazo: 24 meses

Valor: R\$ _____ (_____)

Dotação Orçamentária: 40.10.3.3.50.43.12.365.0003.2.028.01.210000

Processo Administrativo: _____

Celebram o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, na forma do artigo 16, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, de um lado, o

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 46.643.466/0001-06, com sede na Rua José de Alencar, nº 123, Centro, São José dos Campos – SP, por intermédio da SECRETARIA DE _____, representada pela Secretária _____, brasileira, portadora da cédula de identidade nº _____, inscrita no CPF/MF sob nº _____, conforme DELEGAÇÃO prevista no DECRETO MUNICIPAL Nº 17.369/2017, alterado pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 17.396/2017, doravante simplesmente MUNICÍPIO;

e, de outro lado, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC abaixo qualificada, selecionada no procedimento de Chamamento Público nº 01/SEC/2020, promovido pelo MUNICÍPIO por intermédio da Secretaria de Educação e Cidadania autuado no Processo Administrativo nº _____, e cujo resultado fora homologado em sessão realizada no dia _____, com a publicação da respectiva ata no sítio oficial (_____ página da secretaria responsável pela parceria) na mesma data, e com a classificação final publicada no Boletim do MUNICÍPIO do dia _____:

_____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº _____, com sede na Cidade de São José dos Campos, na _____, bairro _____, CEP _____, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) _____, que comprovou(aram) tal condição mediante a apresentação de cópia autenticada da ata de eleição e posse, arquivada no setor competente e cuja cópia digitalizada é juntada no Processo Administrativo nº _____, instaurado para celebração e acompanhamento da parceria que ora firmada, doravante simplesmente OSC;

com fundamento especialmente na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e suas alterações, regulamentada no âmbito do MUNÍCIPIO pelo Decreto Municipal nº 18.299/19 e suas alterações ou outro que venha a substituí-lo, bem como no EDITAL de chamamento público nº _____ e seus Anexos, todos constantes do Processo Administrativo nº _____, e integrantes deste TERMO DE COLABORAÇÃO como se transcritos fossem, e, assim, têm o MUNÍCIPIO e a OSC, entre si, justo e avençado o quanto segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Colaboração, cujas disposições as partes se obrigam a cumprir fielmente (segundo os parâmetros do EDITAL de Chamamento Público nº ____/SEC/2020), tem por objeto o Centro de Educação Infantil - CEDIN - _____, no (bairro), para atendimento de (nº total) crianças de zero a cinco anos de idade, filhos de mães com atividades remuneradas e de baixa renda, proposto pela OSC e aprovado pelo MUNÍCIPIO, juntado a fls. ____ do Processo Administrativo nº _____, em decorrência do EDITAL de Chamamento Público nº 01/SEC/2020.

1.2. O PLANO DE TRABALHO mencionado no item 1.1 é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

1.3. Para a execução das ações, deverão ser observadas as referências do atendimento às crianças, como descrito no ANEXO I, do EDITAL nº ____/2020, além dos princípios, diretrizes e orientações constantes nos documentos de orientações técnicas publicados pelo Ministério da Educação.

1.4. Além dos princípios, diretrizes e orientações constantes nos documentos de orientações técnicas publicados pelo Ministério da Educação, a presente parceria será regida pelas seguintes normas:

I - Constituição Federal de 1988; Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos em TERMOS DE COLABORAÇÃO, define diretrizes para política de colaboração com ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE SOCIAL – OSC's; Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, Lei de Improbidade Administrativa; Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, L.D.B.;

II – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular;

III - Matriz Curricular de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal, Proposta Curricular para Berçários da Rede de Ensino Municipal e Deliberação 01/16 do Conselho Municipal de Educação de São José dos Campos;

IV – Decreto Municipal nº 18.299/19 e suas alterações ou outro que venha a substituí-lo;

V - Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, especialmente seu TÍTULO III, Capítulo I, Seção IV, que trata dos termos de colaboração e fomento na área municipal, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 Além de outras previstas ao longo do presente Termo de Colaboração, são obrigações:

I - Do MUNÍCIPIO:

- 1) instruir o Processo Administrativo nº _____, instaurado especificamente para a celebração e acompanhamento desta Parceria, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como prestação de contas;
- 2) informar à OSC os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
- 3) autorizar e supervisionar o funcionamento do CEDIN _____, de acordo com a legislação em vigor;
- 4) transferir à OSC os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira do MUNÍCIPIO de São José dos Campos e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do PLANO DE TRABALHO aprovado, mediante as contas apresentadas nos termos do Decreto Municipal nº 18.299/19 ou outro que venha a substituí-lo;
- 5) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;
- 6) designar novo gestor da parceria e suplente, na hipótese dos mesmos deixarem de ser agente público ou serem lotados em outro órgão ou entidade ou outro motivo como licenças, e designar novo Suplente, quando este passar a ser Gestor da parceria;
- 7) propor, receber, analisar e, se o caso, aprovar as propostas de alteração deste Termo de Colaboração e do PLANO DE TRABALHO;
- 8) prorrogar de ofício o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, antes de seu término, se der causa a atraso na liberação dos recursos, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- 9) analisar os relatórios de execução do objeto, bem como os relatórios de execução financeira da parceria;
- 10) analisar e decidir sobre a prestação de contas relativa a este Termo de Colaboração, nos termos do Capítulo IV do Decreto Municipal nº 18.299/19, e das Instruções expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- 11) aplicar as sanções previstas neste Termo de Colaboração, bem como na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, e as constantes do Decreto Municipal nº 18.299/19 ou outro que venha substituí-lo;
- 12) proceder às ações administrativas quanto à exigência e restituição dos recursos transferidos;
- 13) divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis no seu sítio eletrônico;
- 14) exercer atividade de monitoramento e avaliação sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a aprimorar e a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

- 15) apreciar as contas apresentadas pela OSC, nos termos do Decreto Municipal nº 18.299/19 ou outro que venha a substituí-lo;
- 16) prestar assessoramento técnico-pedagógico à OSC, por meio de planejamento conjunto a ser realizado de forma sistemática;
- 17) organizar programas de formação para a equipe gestora, a fim de qualificar o trabalho pedagógico e o atendimento aos alunos;
- 18) convidar os profissionais contratados pelas Organizações da Sociedade Civil que atuarão no atendimento das crianças para os eventos gerais da Secretaria de Educação e Cidadania;
- 19) ceder para o uso exclusivo do desenvolvimento do Termo de Colaboração, e pelo prazo de sua vigência, o imóvel público melhor descrito e caracterizado no memorial descritivo, planta e laudo de avaliação constantes do anexo da Lei Municipal nº _____, de ___ de _____ de 2020, e mediante a assinatura do respectivo Termo de Permissão de Uso, ANEXO I que integra este instrumento.
- 20) ceder equipamentos, inclusive eletroeletrônicos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das atividades pactuadas, conforme descrito às fls. ___/___ do processo administrativo citado no item 1;
- 21) responsabilizar-se pelos pagamentos das despesas de consumo de água, luz e telefone do imóvel;
- 22) responsabilizar-se pela oferta e controle da alimentação escolar às crianças atendidas;
- 23) responsabilizar-se pelo fornecimento de material escolar às crianças atendidas;
- 24) avaliar periodicamente o Termo de Colaboração, inclusive mediante obtenção de informes junto à comunidade local e à OSC;
- 25) providenciar, no primeiro ano de vigência do Termo de Colaboração, a inscrição e classificação das crianças que serão atendidas, ficando a matrícula sob a responsabilidade da OSC;
- m) fiscalizar o preenchimento das matrículas efetivadas pela OSC com objetivo de manter o atendimento à demanda sem deixar vagas em aberto;
- 26) disponibilizar para a atuação na Unidade Escolar 01 (um) Orientador de Escola e ___ (_____) estagiários.
- 27) apreciar a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada pela Administração Pública, prorrogável justificadamente por igual período.

II - Da OSC:

- 1) realizar com eficácia e zelo o atendimento das crianças, cumprindo fielmente o objetivo do presente Termo de Colaboração;
- 2) cumprir e fazer cumprir o que foi aprovado no PLANO DE TRABALHO, tanto na parte pedagógica quanto na aplicação de recursos;
- 3) abrir, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, em instituição financeira pública determinada pelo MUNÍCIPIO, observado o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do PLANO DE TRABALHO, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- 4) administrar e empregar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNÍCIPIO, em conformidade com o PLANO DE TRABALHO e Cronograma Físico-financeiro aprovados; bem como com estrita observância dos termos previstos na Lei Federal nº 13.019/14 e no Decreto Municipal nº 18.299/19, e demais legislação aplicável;

- 5) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração, nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como no Decreto Municipal nº 18.299/19 e orientações expedidas pela Secretaria de Educação e Cidadania, e ainda observar nas compras e contratações realizadas os procedimentos estabelecidos na Seção II do Capítulo III do Decreto Municipal Nº 18.299/19, ou outro que venha a substituí-lo;
- 6) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive nas hipóteses de aquisição de bens com recursos da parceria, manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;
- 7) incentivar a participação de empregados em programas de formação continuada, encaminhando-os, quando convocados pela Secretaria de Educação e Cidadania, aos programas de treinamento;
- 8) manter permanentemente a qualidade do atendimento às crianças sob sua responsabilidade;
- 9) manter condições de higiene e segurança compatíveis com a atividade realizada;
- 10) manter os recursos humanos necessários ao bom desenvolvimento do objeto do Termo de Colaboração, segundo as diretrizes traçadas pela Supervisão de Ensino do MUNÍCIPIO;
- 11) manter e conservar os equipamentos e mobiliários cedidos pelo MUNÍCIPIO, devolvendo-os em condições de uso e funcionamento ao término do Termo de Colaboração;
- 12) manter o imóvel cedido em boas condições de uso, comunicando previamente ao MUNÍCIPIO sobre a necessidade de reformas destinadas à sua manutenção e segurança;
- 13) contratar seguro patrimonial dos eletrodomésticos e equipamentos eletroeletrônicos cedidos pelo MUNÍCIPIO para utilização durante a vigência do Termo de Colaboração;
- 14) providenciar, no prazo de trinta dias após o término do prazo deste Termo de Colaboração, a devolução do imóvel e dos equipamentos e mobiliários pertencentes ao MUNÍCIPIO, em bom estado de uso e conservação, independentemente de quaisquer notificações ou interpelações administrativas ou judiciais;
- 15) providenciar, à exceção daquelas elaboradas no início do Termo de Colaboração, as inscrições e classificação das crianças a serem atendidas, segundo critérios definidos pela Secretaria de Educação e Cidadania;
- 16) providenciar a matrícula das crianças que serão atendidas;
- 17) realizar a matrícula das crianças encaminhadas pela Secretaria de Educação e Cidadania por força de decisões judiciais, seja em caráter liminar ou definitivo, no prazo assinalado;
- 18) complementar com recursos próprios, serviços, materiais de consumo, projetos e despesas relativas ao Termo de Colaboração que sobejarem do repasse mensal previsto no cronograma de desembolso e no plano de recursos anualmente aprovados;
- 19) manter o número de crianças matriculadas, com o objetivo de atender à demanda, sem deixar vagas em aberto;
- 20) permitir livre acesso de agentes públicos do MUNÍCIPIO, especialmente da Secretaria de Educação e Cidadania, responsável pelo presente Termo de Colaboração, dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do Gestor da Parceria, dos integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, dos servidores do Órgão de Controle Interno do MUNÍCIPIO e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados

pela Lei Federal nº 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto, permitindo o acompanhamento “in loco” e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

21) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

22) responsabilizar-se exclusivamente pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles;

23) comunicar ao MUNÍCIPIO suas alterações estatutárias, devidamente registrada em Cartório, bem como eventuais alterações em seu quadro de representantes;

24) divulgar na internet, e em locais visíveis da sede social da OSC, bem como nos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações detalhadas da parceria;

25) submeter previamente ao MUNÍCIPIO qualquer proposta de alteração do PLANO DE TRABALHO aprovado, na forma definida neste Termo de Colaboração, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

26) Não realizar pagamento antecipado com recursos da parceria;

27) Apenas efetuar pagamentos em espécie quando previsto e justificado no PLANO DE TRABALHO, nos termos do art. 98, do Decreto Municipal nº 18.299/19, ou outro que venha a substituí-lo;

28) prestar ao gestor da parceria todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente Termo;

29) promover, no prazo estipulado pelo gestor da parceria, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;

30) não contratar ou remunerar, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público da administração pública municipal;

31) abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau

32) fornecer, sempre que solicitado pelo MUNÍCIPIO, Tribunal de Contas do Estado ou pelo Ministério Público, as declarações previstas nos ANEXOS IV, V, VI e VII, do EDITAL de Chamamento Público nº 01/SEC/2020, devidamente atualizadas.

Parágrafo único. As obrigações do MUNÍCIPIO inseridas no item I desta cláusula serão cumpridas por intermédio da Secretaria de Educação e Cidadania.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DA PARCERIA

3.1 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA

3.1.1 Compete à Secretária da pasta, ordenadora da despesa, coordenar as obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração;

3.2. DO GESTOR DA PARCERIA

3.2.1. As obrigações do gestor da parceria são aquelas previstas na Seção IV, Capítulo I, do Decreto Municipal nº 18.299/19, sem prejuízo daquelas previstas nos artigos 61 e 62, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

3.2.2. Caberá ao gestor da parceria emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59, da Lei Federal nº 13.019/2014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC.

3.3. DO GESTOR DO CONTRATO

3.3.1. O gestor de contrato estabelecerá permanente e constante contato com a Comissão de Monitoramento e Avaliação e com o gestor da parceria, no cumprimento das obrigações previstas na Lei Municipal nº 5.800/2000 e no Decreto Municipal nº 10.209/2001 e suas alterações.

3.3.2. O gestor de contratos emitirá, mensalmente, um relatório com os valores efetivamente transferidos pelo MUNÍCIPIO para a OSC, o qual deverá ser publicado no sítio eletrônico oficial.

3.4. DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

3.4.1. As obrigações da Comissão de Monitoramento e Avaliação estão previstas na Seção III, Capítulo I, do Decreto Municipal nº 18.299/2019, ou outro que venha a substituí-lo.

3.4.2. O MUNÍCIPIO deverá, sempre que possível, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do PLANO DE TRABALHO e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros.

3.4.3. A OSC compromete-se a colaborar com a pesquisa prevista no item anterior, fornecendo todos os dados necessários, e permitindo o livre acesso dos agentes responsáveis pela pesquisa, mesmo se o MUNÍCIPIO se valer do apoio técnico de terceiros.

3.5. DO RESPONSÁVEL PELA OSC

3.5.1. O responsável pela OSC será o representante legal da entidade, eleito nos termos de seu ato constitutivo, cuja qualificação pessoal, endereço e telefones deverão sempre estar atualizados junto ao MUNÍCIPIO, mediante comunicação, à Secretaria de Educação e Cidadania. O MUNÍCIPIO cuidará para que o comunicado seja juntado ao processo administrativo aberto para acompanhar a execução da parceria.

3.5.2. Presumir-se-ão válidas e recebidas todas as comunicações endereçadas ao responsável pela OSC, por e-mail ou outro meio usual, tal como envio de cartas, ofícios, etc..

3.5.2.1. Considerar-se-á válida a entrega de e-mail, a ser confirmada pela OSC em até 24 horas, findo o qual será considerado como recebido.

3.5.2.2. Cabe ao responsável pela OSC, manter a atualização cadastral, sob pena de reputar-se válida a comunicação porventura enviada a e-mail/endereço desatualizado.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO E DA CONTABILIZAÇÃO DOS REPASSES

4.1. O MUNÍCIPIO transferirá o montante necessário para execução do objeto do presente termo de colaboração, no valor total de R\$ _____, obedecendo ao cronograma de desembolso previsto no PLANO DE TRABALHO aprovado, parte integrante deste instrumento.

4.2. Os saldos do Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos ocorrer em prazos menores que 30 (trinta) dias.

4.3. As parcelas serão retidas nas hipóteses previstas no artigo 48 da Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, até o saneamento das impropriedades, bem como nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 18.299/2019 ou outro que venha substituí-lo.

4.4. O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no PLANO DE TRABALHO configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de colaboração, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos.

4.5. Os recursos da parceria e os resultados das respectivas aplicações financeiras, geridos pelas organizações da sociedade civil, estão vinculados ao PLANO DE TRABALHO e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

4.6. Quando não utilizados em sua totalidade, os recursos remanescentes serão devolvidos ao MUNÍCIPIO ao final da parceria, no prazo de 30 (trinta) dias.

4.7. Não será admitida a emissão de Nota Fiscal de Prestação de Serviços, tendo o MUNÍCIPIO como tomador dos serviços deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUINTA- DAS COMPRAS, CONTRATAÇÕES E DA REALIZAÇÃO DE DESPESAS E PAGAMENTOS

5.1. As despesas relacionadas à parceria serão executadas nos termos da Seção II, do Capítulo III, do Decreto Municipal nº 18.299/2019.

5.2. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação final de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

5.3. É vedado ao MUNÍCIPIO praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

5.4. O provisionamento de valores destinados a encargos trabalhistas, quando previsto no PLANO DE TRABALHO, necessariamente será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das ações e restritas às parcerias celebradas sob a égide da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, e deverão observar o constante nos artigos 90 a 94, do Decreto Municipal nº 18.299/19.

5.4.1. Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá informar a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

5.4.2. As verbas rescisórias que poderão constar do PLANO DE TRABALHO se limitam ao aviso prévio, férias acrescidas do terço constitucional e multa do FGTS. Em nenhuma hipótese o MUNÍCIPIO pagará pelas multas do artigo 467 e 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho, nem por qualquer outra verba decorrente da rescisão de contrato de trabalho, seja essa verba prevista em lei ou em norma de negociação coletiva.

5.4.3. Os valores referentes ao provisionamento das verbas rescisórias e demais encargos serão pagos na mesma ocasião dos repasses mensais, e permanecerão mantidos em conta poupança em nome da organização da sociedade civil, sendo que apenas poderão ser movimentados para o pagamento de verbas rescisórias decorrentes da demissão de empregado envolvido na execução do PLANO DE TRABALHO, observado o tempo de vigência da parceria.

5.4.3.1. Na ocasião da prestação mensal de contas a organização da sociedade civil deverá enviar um extrato atualizado da conta poupança na qual ficarão depositados os recursos para pagamento das verbas rescisórias e encargos trabalhistas.

5.4.3.2. Em nenhuma hipótese será admitida a movimentação dos recursos depositados nos termos deste artigo para qualquer outro fim diverso do pagamento de verbas rescisórias ou demais encargos dos empregados cujo labor esteja previsto no PLANO DE TRABALHO.

5.4.3.3. A utilização indevida dos recursos destinados ao pagamento das verbas rescisórias e encargos trabalhistas, nos termos deste artigo, ainda que posteriormente restituídos, importará na rejeição das contas apresentadas, na aplicação de sanções administrativas nos termos deste decreto, além de configurar ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 10, inciso XVI, da Lei Federal nº 8.429/1992.

5.4.3.4. Para a recomposição dos valores provisionados em conta poupança indevidamente utilizados pela organização da sociedade civil, o MUNÍCIPIO poderá, de ofício, promover a dedução dos valores dos repasses mensais.

5.4.3.5. Os rendimentos decorrentes do depósito mantido em conta poupança serão revertidos para o pagamento de verbas rescisórias, nos termos deste artigo, aplicando-se, no que for possível, o disposto no artigo 91 do Decreto Municipal nº 18.299/19.

5.4.4. Na hipótese de demissão por justa causa, de culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, ou de pedido de demissão de empregado durante a execução da parceria, será apurado o passivo total remanescente na ocasião da prestação de contas mensal, de modo que o(s) repasse(s) seguinte(s), no que tange às verbas rescisórias, será(ão) o necessário para a complementação do provisionamento.

5.4.5. A movimentação dos recursos provisionados em conta poupança apenas será feita mediante a comprovação, pela organização da sociedade civil, da demissão do empregado, devendo apresentar, na ocasião da prestação mensal de contas, cópia da notificação da demissão, do aviso prévio, do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) expedido conforme as regras do Ministério do Trabalho e, se necessário, também o extrato de depósitos do FGTS na conta do empregado demitido.

5.4.6. Se ao final da parceria houver valores provisionados remanescentes, estes serão mantidos na conta poupança, permanecendo a organização da sociedade civil como depositária dos valores.

5.4.6.1. Uma vez que tais valores destinar-se-ão exclusivamente ao pagamento de verbas rescisórias e encargos trabalhistas dos empregados envolvidos com a execução do PLANO DE TRABALHO, o numerário remanescente será objeto de prestação de contas mensal pela organização da sociedade civil, ou em menor prazo, sempre que houver a rescisão do contrato de trabalho de algum empregado.

5.4.6.2. Em cada prestação mensal de contas, que continuará a ser feita enquanto os recursos não forem utilizados, a organização da sociedade civil comprovará a vigência dos contratos dos empregados que foram vinculados à execução do PLANO DE TRABALHO.

5.4.6.3. Após a rescisão dos contratos de trabalho dos empregados vinculados ao PLANO DE TRABALHO, havendo quantias remanescentes, as mesmas serão restituídas ao MUNICÍPIO no prazo de 30 (trinta) dias.

5.5. A OSC somente poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Colaboração quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

5.6. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada nos termos do artigo 51, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como do artigo 98, do Decreto Municipal nº 18.299/19.

5.7. É da OSC a responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à execução, em conformidade com o inciso XX, art. 42, da Lei Federal 13.019/2014.

5.8. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos

na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o MUNÍCIPIO notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias:

I - sanar a irregularidade;

II - cumprir a obrigação; ou

III - apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

5.8.1. Não sendo sanadas as irregularidades, deverá o MUNÍCIPIO suspender novos repasses.

5.9. É de responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES DA PARCERIA

6.1. Para os fins deste Termo de Colaboração, consideram-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam de forma definitiva.

6.2. Os bens móveis remanescentes adquiridos com recursos dos repasses integrarão o patrimônio do MUNÍCIPIO, facultada a doação nos termos da legislação municipal.

6.3. Por decisão da Secretária da Pasta, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos, após a consecução do objeto da parceria, poderão ser transferidos a outra entidade parceira da Administração Pública Municipal, que os receberá em regime de comodato.

6.4. Os bens duráveis adquiridos com recursos decorrentes dos repasses, deverão ser identificados com o número do contrato, arrolados e apresentados ao MUNÍCIPIO na ocasião da prestação de contas mensal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES NA PARCERIA

7.1. As alterações serão permitidas nos termos da Lei 13.019/2014 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº 18.229/19 em seus artigos 100 e seguintes, ou outro que venha a substituí-lo.

7.2. Não serão celebrados termos aditivos com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O presente Termo de Colaboração vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do início da prestação do serviço, conforme detalhado no PLANO

DE TRABALHO, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos, a critério do MUNÍCIPIO.

8.2. Os pedidos de alteração de vigência deverão ser apresentados no mínimo sessenta dias antes do seu término.

8.3. A renovação deste Termo de Colaboração, por si só, não poderá implicar na alteração das metas previstas em plano de PLANO DE TRABALHO.

Parágrafo único. A posse do imóvel, mobiliários e equipamentos eletroeletrônicos dar-se-á em até cinco dias úteis, contados da data de assinatura deste Termo de Colaboração, devendo a OSC dar início à operacionalização em até cinco dias úteis, contados desta data.

CLÁUSULA NONA - DAS AÇÕES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

9.1. O atendimento às crianças matriculadas no CEDIN, que compõe o presente termo de colaboração, será objeto de gestão operacional de caráter público, tendo sua execução devidamente monitorada e avaliada pela administração pública.

9.2. A gestão pública operacional e o acompanhamento da execução do atendimento citado acima compreendem as seguintes atribuições:

- I - coordenar, articular e avaliar o planejamento e o processo de execução das ações do atendimento às crianças;
- II - assegurar a oferta do atendimento pedagógico nos padrões de qualidade exigidos pelas normativas nacionais e municipais que regulamentam a política de Educação;

9.3. As ações de monitoramento e avaliação do gestor público compreendem a verificação:

- I - do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no PLANO DE TRABALHO;
- II - da permanência do Referencial Mínimo de Funcionários de acordo com os termos do presente EDITAL durante todo o período de vigência;
- III - das estratégias metodológicas conforme descritas no PLANO DE TRABALHO apresentado;

9.4. Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

- I - análise de dados, coletados através de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas em cada serviço;
- II - visitas técnicas "in loco", previamente agendadas, ou não;
- III - reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas.
- IV - estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários.

9.5. A OSC deverá informar ao MUNÍCIPIO, na pessoa do gestor da parceria, a existência de vagas destinadas ao objeto do presente Termo de Colaboração;

9.6. A OSC compromete-se a participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações promovidas pelo MUNÍCIPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. A OSC prestará contas:

I – mensalmente dos recursos recebidos para a consecução dos objetivos do Termo de Colaboração, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao recebimento do repasse de verbas, observando, sempre, os dispositivos da Lei nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 18.299/19;

I.1) A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, tendo como base os indicadores estabelecidos e aprovados no PLANO DE TRABALHO.

I.1.1) A prestação de contas terá como objetivo atender ao disposto no artigo 64 da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e deverá ser mensal, anual e final, nos termos do Capítulo IV do Decreto Municipal nº 18.299/19.

I.1.2) A omissão da OSC no dever de prestar contas ou a rejeição das contas apresentadas permitirá ao MUNÍCIPIO reter os repasses mensais, até que sejam saneadas as impropriedades apontadas.

I.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente e aqueles que forem aplicados em finalidade diversa da prevista no PLANO DE TRABALHO.

I.3. A OSC, na entrega das contas, deverá apresentar os documentos constantes do Decreto Municipal nº 18.299/19 ou outro que venha a substituí-lo, conforme o período ao qual as contas se referirem.

I.4. No caso de rejeição das contas, exaurida a fase recursal, a OSC deverá devolver os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e o não ressarcimento ao erário ensejará inscrição do débito na dívida ativa.

I.4.1. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo PLANO DE TRABALHO, atendidos os requisitos da Lei Federal nº 13.019/14, bem como do Decreto Municipal nº 18.299/19, ou outro que venha substituí-lo.

I.4.2. Negado o pedido, a restituição deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da decisão de indeferimento.

I.4.3. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária no caso em que os saldos financeiros não se encontrarem depositados e aplicados na conta específica da parceria, e serão atualizados com aplicação do índice Instituto Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, até sua efetiva restituição.

I.5. Os documentos relativos à prestação de contas deverão ser sempre enviados em mídia digital, devendo a organização da sociedade civil manter em arquivo as cópias físicas pelo prazo mínimo à disposição do Tribunal de Contas do Estado pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas ao MUNÍCIPIO.

II – conforme Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ou outra que lhe substituir.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o PLANO DE TRABALHO e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, o MUNÍCIPIO poderá aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; e

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

11.2. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da notificação da sanção, que será expedida por determinação da Secretária da pasta de Educação e Cidadania, e juntada no respectivo processo administrativo.

11.3. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

11.4. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para o MUNÍCIPIO.

11.5. A sanção de suspensão temporária impede a OSC de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos o MUNÍCIPIO por prazo não superior a dois anos.

11.6. A sanção de declaração de inidoneidade impede a OSC de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir o MUNÍCIPIO pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de suspensão temporária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

12.1. O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexequível, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

12.2. A inexecução total ou parcial deste termo de colaboração enseja a sua imediata rescisão, com as suas consequências as previstas em lei e no Decreto Municipal nº 18.299/19, ou outro que venha a substituí-lo.

12.3. Constituem justo motivo para rescisão deste termo de colaboração:

- I - a utilização dos recursos em desacordo com o PLANO DE TRABALHO;
- II - a falta de apresentação ou apresentação apenas parcial das contas mensais, anuais ou final, conforme o caso, nos prazos estabelecidos;
- III - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais e PLANO DE TRABALHO;
- IV - a paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação ao MUNÍCIPIO;
- V - a subcontratação total ou parcial do seu objeto ou a associação da organização da sociedade civil com outrem, não admitidas no EDITAL de chamamento público e no termo celebrado;
- VI - o desatendimento das determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII - a alteração do estatuto que implique a modificação da finalidade da organização da sociedade civil em relação ao objeto da parceria;
- VIII - razões de interesse público;
- IX - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do termo celebrado;
- X - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

12.3.1. Os casos de rescisão do termo celebrado serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado, sendo o caso, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Na hipótese de desistência ou denúncia imotivada a OSC estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados pelo MUNÍCIPIO, se houver culpa, dolo ou má fé, sem prejuízo das demais cominações legais.

12.5. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações

financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNÍCIPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da apresentação final das contas da parceria, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

12.6. Os saldos financeiros que não se encontrarem depositados e aplicados na conta específica da parceria devem ser devidamente atualizados com aplicação do índice INPC/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, quando de sua devolução.

12.7. O MUNÍCIPIO encaminhará ao Ministério Público representação contra a OSC que aplicar os recursos em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste termo de colaboração e à Secretaria de Apoio Jurídico para a cobrança judicial, visando ao ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

13.1. A OSC divulgará na internet, em sítio eletrônico próprio, ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração deste Termo de Colaboração até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento da parceria, contados da apreciação da prestação de contas final, contendo as informações de que tratam o art. 11 e seu parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e suas alterações.

13.2. As Organizações da Sociedade Civil, em atendimento as Leis reguladoras da Transparência e do Acesso a informação e também as disposições das Instruções Consolidadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, deverão divulgar, pela via eletrônica, todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; Termos de Ajustes; Planos de Trabalho; relação nominal dos dirigentes; valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal, sob pena de adoção das medidas previstas em lei.

13.2.1. O dirigente da organização da sociedade civil será pessoalmente responsabilizado no caso de descumprimento das obrigações previstas no caput deste artigo, ficando sujeito as penas previstas em âmbito civil e administrativo, inclusive aquelas previstas na Lei 8.429, de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa - por ato que atenta contra os princípios da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO E DO VALOR TOTAL DE REPASSE

14.1. Os valores repassados poderão ser reajustados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo IPC-FIPE/SP.

14.2. O número deste Termo de Colaboração deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.

14.3. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao PLANO DE TRABALHO aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:

- a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;
- d) pagar despesas a título de taxa de administração;
- e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos do MUNÍCIPIO na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

15.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC, o MUNÍCIPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

- a) retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no PLANO DE TRABALHO, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;
- c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, o MUNÍCIPIO, deverá convocar OSC participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José dos Campos para dirimir as dúvidas acaso originadas deste Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Cronograma de desembolso de fls. ____ é parte integrante deste instrumento, sendo seu ANEXO II;

17.2. O PLANO DE TRABALHO de fls. _____, a ser executado pela OSC, é parte integrante deste instrumento, sendo seu ANEXO III.

17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Colaboração, excluir-se-á o dia o início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

17.4. Para a execução do objeto do presente Termo de Colaboração, não é permitida a atuação em rede pela OSC.

17.8. Na hipótese da extinção antecipada do Termo de Colaboração, a OSC providenciará a desocupação do imóvel, com a devolução dos equipamentos e mobiliários cedidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da extinção, exceto em situações de interesse público que enseje na devolução em prazo menor, devolvendo-os ao MUNICÍPIO em perfeita ordem e condições de uso.

E, por estarem assim justos e de acordo com as cláusulas e condições acima, assinam as partes o presente Termo de Colaboração, composto por (...) folhas, em uma única via, para que produza seus efeitos legais, sendo a seguir arquivado em ordem numérica de acordo com a Legislação Municipal em vigor.

São José dos Campos, _____ de _____ de 2020

CRISTINE DE ANGELIS PINTO
Secretária de Educação e Cidadania

OSC
TESTEMUNHAS:

Programa: Centro de Educação Infantil - CEDIN Maria Aparecida Barboza Pedroza
 (Para atendimento 480 crianças, sendo 206 crianças nos níveis BI, BII e Inf I e 274 crianças nos níveis Inf II, Pré I e Pré II.).

ANEXO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA 2020		
Nº	Meses	Valor R\$
1	MAIO	194.502,72
2	JUNHO	194.502,72
3	JULHO	194.502,72
4	AGOSTO	194.502,72
5	SETEMBRO	194.502,72
6	OUTUBRO	194.502,72
7	NOVEMBRO	194.502,72
8	DEZEMBRO	194.502,72
TOTAL PARA 2020		1.556.021,76

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA 2021		
Nº	Meses	Valor R\$
9	JANEIRO	194.502,72
10	FEVEREIRO	194.502,72
11	MARÇO	194.502,72
12	ABRIL	194.502,72
13	MAIO	194.502,72
14	JUNHO	194.502,72
15	JULHO	194.502,72
16	AGOSTO	194.502,72
17	SETEMBRO	194.502,72
18	OUTUBRO	194.502,72
19	NOVEMBRO	194.502,72
20	DEZEMBRO	194.502,72
TOTAL PARA 2021		2.334.032,64

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA 2022		
Nº	Meses	Valor R\$
21	JANEIRO	194.502,72
22	FEVEREIRO	194.502,72
23	MARÇO	194.502,72
24	ABRIL	194.502,72
TOTAL PARA 2022		778.010,88

TOTAL DO TERMO DE COLABORAÇÃO	4.668.065,28
--------------------------------------	---------------------

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Permitente: Município de São José dos Campos.

Permissionária: Sociedade Amigos do Bairro Terceira Divisão e Adjacências

Objeto: Uso de Imóvel Público, Mobiliários e Equipamentos Eletroeletrônicos.

Lei Autorizativa: _____, de __ de _____ de 2020.

Processo Administrativo: _____.

Pelo presente instrumento, o Município de São José dos Campos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.643.466/0001-06, com sede no Paço Municipal, situado na Rua José de Alencar, nº 123, Vila Santa Luzia, neste ato representado pela Senhora Secretária de Educação e Cidadania, Sra. Cristine de Angelis Pinto, brasileira, professora, casada, portadora do RG nº 21.566.000-6 SSP/SP e CPF nº 132.339.438-90, por força da Delegação de Competência conferida pelo Decreto nº 17.396, de 06 de março de 2017, adiante denominado simplesmente MUNICÍPIO, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº _____/20, PERMITE a Organização da Sociedade Civil SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO TERCEIRA DIVISÃO & ADJACÊNCIAS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com CNPJ nº 00.716.578/0001-49, com sede no de São Paulo, na Rua Jequirica, nº 129 - bairro Parque Boa Esperança, CEP 08.341-350, neste ato representada por seu representante legal Wesley Moraes Santana, brasileiro, portador do RG nº 44.452.163 SSP/SP e do CPF/MF nº 373.357.528-84, residente e domiciliado à Avenida Campos Floridos, 501 - Res. Campo Belo, neste Município, doravante denominada simplesmente PERMISSONÁRIA, o imóvel público abaixo descrito e caracterizado, e os mobiliários e equipamentos eletroeletrônicos relacionados, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a observar irrestritamente as condições estabelecidas na Lei Municipal nº _____, de __ de _____ de 2020 e no Termo de Colaboração assinado para o desenvolvimento do Centro de Educação Infantil – CEDIN Maria Aparecida Barboza Pedroza, para atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade, em período integral e parcial, enquanto ocupar a área de terreno objeto do uso permitido, dentro do prazo de vigência do citado Termo de Colaboração, obedecidas também as disposições abaixo enumeradas.

OBJETO: A presente permissão de uso tem por objeto o uso do imóvel de domínio público municipal situado a Rua Benedito Pereira Lima, nº 390, Jardim Telespark, de formato irregular, em aclave e com benfeitorias, ou seja, edificação em alvenaria com cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, piso e pintura, com área total construída de 3.039,95m², com as seguintes medidas e confrontações do terreno: medindo em dois segmentos 16,32m de extensão em reta e 29,68m de extensão em curva de frente para a Rua Benedito Pereira Lima; pelo lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel medindo em quatro segmentos: 18,75m de extensão em reta; deflete para a direita e segue por 4,32m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 13,45m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 38,76m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 54,88m de extensão em reta, confrontando com a área remanescente de domínio público municipal, de fundos em catorze segmentos: neste deflete à direita e segue por 4,13m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 3,73m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 12,15m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 8,07m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,03m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,32m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 16,18m de extensão em reta; neste deflete à

direita e segue por 4,01m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 3,98m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,04m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 20,21m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 7,97m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 16,37m de extensão em reta, confrontando com a área remanescente de domínio público municipal; neste deflete à direita e segue por 84,63m de extensão em reta, confrontando com área da Mitra Diocesana de São José dos Campos - Paróquia de São Benedito - fechando o perímetro, perfazendo uma área de 5.990,49m².

2. NATUREZA: A presente permissão de uso tem caráter precário e gratuito, vedada a alteração da destinação do imóvel, podendo ser revogada a qualquer momento, sem direito à indenização em favor da PERMISSIONÁRIA em virtude da revogação, na hipótese de qualquer violação das obrigações previstas na Lei Municipal nº ____, de __ de ____ de 2020, e no Termo de Colaboração assinado com o MUNICÍPIO.

3. PRAZO: O prazo de vigência desta permissão será de vinte e quatro meses, podendo ser renovado até o limite legal do ajuste autorizado pela Lei Municipal nº ____, de ____ de 2020, podendo ser revogado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Lei Municipal nº ____, de __ de ____ de 2020, e no Termo de Colaboração.

4. DO INSTITUTO DA REVERSÃO: Aplica-se a presente permissão o instituto da reversão, na hipótese de inobservância do disposto na Lei Municipal nº ____, de __ de ____ de 2020, ou se o imóvel permissionado, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista na lei autorizativa.

São José dos Campos, (data).

MUNICÍPIO

PERMISSIONÁRIA

PLANO DE TRABALHO

CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZA

MAIO DE 2020

1 – DADOS CADASTRAIS

Entidade Proponente: Sociedade dos Amigos do Bairro da Terceira Divisão & Adjacências		CNPJ 00.716.578/0001-49	Inscrição Municipal Isento
Endereço Rua Jequiriçá, 129 – Parque Boa Esperança.			
Cidade São Paulo		UF SP	CEP 08341-350
		Tel. (12) 99751-7148	
Conta Corrente	Banco CEF	Agência 4091	Praça de Pagamento SJC
Responsáveis pela OSC			
Presidente			
Nome Wesley Moraes Santana		CPF 373.357.528-84	RG 44.452.163
Endereço Avenida Campos Floridos, 501 – Res. Campo Belo.			
Cidade São José dos Campos		UF SP	CEP 12224-853
Tesoureiro			
Nome Genilda Ferreira Moraes		CPF 132.862.978-36	RG 23.770.568-0
Endereço Rua Das Estrelas			
Bairro: Jardim Santa Bárbara		UF SP	CEP 08330-400
Pedagoga (cedida pela SEC)			
Nome		CPF	RG
Endereço			
Cidade		UF	CEP
Dirigente (a contratar)			
Nome		CPF	RG
Endereço			
Cidade		UF	CEP

Histórico da Organização da Sociedade Civil

A Sociedade dos Amigos do Bairro da Terceira Divisão & Adjacências é uma Instituição sem fins lucrativos de caráter filantrópico, fundada no ano de 1.995. A Entidade nasceu de um grupo de moradores, com o intuito de mobilizar-se para melhoria do bairro no que tange aos anseios imediatos dos moradores em questão a asfaltos, escolas, creches, mais habitação para a população, mais postos de saúde. Na área de lazer; implementamos em nosso espaço várias modalidades com parceria e voluntários específicos de capoeira, ballet, pintura em quadro. Mantemos também grupo de idosos valorizando muito nossa comunidade e em todo tempo temos como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Começamos nossa luta junto à comunidade, com a implantação da rede de esgoto e telefone. Após a implantação, começamos a nos estruturar através de discussão, debates na busca de Projetos Sociais para manter esta entidade sempre aberta e apta no sentido de orientá-los a tirar seus documentos, preenchendo os formulários e encaminhando-os para os respectivos órgãos competentes. Nosso objetivo era ajudar a resolver seus problemas. Na primeira reunião com a população as reivindicações foram muitas, mas, através de muitas reuniões foram sanadas as problemáticas mais urgentes, onde começamos nossa luta com a ajuda da própria comunidade.

A Associação fez parte do **Programa Viva Leite** do Governo do Estado, parceria esta onde distribuímos 1500 (mil quinhentos) litros de leite mês para famílias carentes.

Mantemos parceria também com o **Fundo Social de Solidariedade** do qual recebemos doações de agasalhos e cobertores, onde são repassados para nossa comunidade. Na área Cultural, junto com os oficineiros voluntários da entidade, realizamos atividades de Capoeira, Hip Hop e dança, inclusive para terceira Idade.

Os participantes destes projetos são voluntários e toda contribuição para a entidade é aplicada em projetos sociais, além disso, a entidade mantém parceria com alguns comércios na região.

FAZENDO A DIFERENÇA

O Instituto Terceira Divisão fez um trabalho diferenciado com o intuito de atender uma necessidade excepcional de uma empresa da iniciativa privada de

nossa região; em 2004 a entidade foi convidada a prestar serviço de creche e por meio de parceria e implantou na sede da empresa um Recanto Educacional Infantil (Creche) na cidade de São Paulo, onde atendemos crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos pelo período de 02 (dois) anos, todas exclusivamente filhas (as) de funcionários; proporcionando aprendizagem e acesso à Educação de qualidade enquanto seus pais trabalhavam.

Foi um desafio inovador que trouxe experiência para a instituição e proporcionou o avanço em territórios ainda inexplorados no âmbito da Educação Infantil; foi um convite prazeroso para se profissionalizar e dedicar-se especificamente nessa área. Os resultados superaram expectativas o que reforçou a ideia de aderir à proposta como um todo e incentivou o aprimoramento do saber da equipe na especialização da execução do objeto em ampliar a prestação de serviços para a comunidade.

Em 2018 firmamos uma parceria no Terceiro Setor por meio de Termo de Colaboração com o Município de São Paulo / Secretaria Municipal de Educação representada pela Diretoria Regional de Educação do Butantã DRE-BT onde implantamos o CEI CRESCER E APRENDER que atende pelo menos 78 (setenta e oito) crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos.

Além disso, a Instituição participou de Edital de Chamamento Público 04/2018 para desenvolver atividades durante o recesso escolar de Janeiro e Julho de 2019 em uma Unidade Escolar (CEI PINHEIROS) direta da Prefeitura de São Paulo, onde nossa proposta pedagógica teve êxito e fomos selecionados para prestar o serviço de Educação Infantil (creche) a pelo menos 65 (sessenta e cinco) crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, mesmo sendo período de recesso nossa proposta no Município de São Paulo foi fundamentada na BNCC a nível Federal com referências no Currículo Integrador da Infância Paulistana, Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. Tivemos o cuidado de elaborar uma proposta mais lúdica com atividades recreativas sem desviar-se do viés pedagógico.

Atualmente também temos firmado com a Prefeitura de São José dos Campos, por meio da Secretaria de Educação e Cidadania, um Termo de Colaboração para administração do CEDIN Prof^a Ignez Sagula Fossá, firmado em Setembro de 2019.

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Plano de Trabalho do CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZA	Período de Execução	
	Início	Fim
	Maior/2020	Maior/2022
Endereço da Unidade Escolar Rua Benedito Pereira Lima, 390, Jd. Telespark – São José dos Campos – SP		
Portaria de Autorização de Funcionamento Unidade Nº 320/SME/16	Data da publicação 16/12/2016	
Identificação do Objeto Atendimento a 480 crianças em período integral.		
Público Alvo Crianças de 0 a 5 anos.		
Meta de Atendimento B I – B II – INF I: 206 INF II – PRÉ I – PRÉ II: 274 Total de crianças atendida: 480		
Critérios de Seleção Segundo Portaria de acesso de matrícula 209/SEC/19.		
Resultados a serem alcançados <ul style="list-style-type: none">- Atendimento do número total de vagas previstas na parceria.- Cumprimento do Plano de Trabalho Pedagógico.- Integração/ Parceria com a comunidade escolar e local.- Atendimento educacional com qualidade às crianças de 0 a 5 anos cumprindo com êxito o plano de trabalho.		



Instituto
Terceira Divisão

Sociedade dos Amigos do Bairro Terceira Divisão & Adjacências

CNPJ: 00.716.578/0001-49 CCM 5.694.201-0

Horário Atendimento ao Público

Das 7h às 17h de segunda a sexta-feira.

OBJETIVOS DO TERMO DE COLABORAÇÃO

- Atender em período integral crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, conforme critérios da Portaria de Acesso editada anualmente pela Secretaria de Educação e Cidadania, propiciando à criança uma educação de qualidade.
- Garantir à criança, atendida pelo CEDIN, seus direitos básicos como: brincadeiras, cuidados, higiene, segurança, alimentação sadia, interação e desenvolvimento educacional e integral.
- Favorecer à criança, através das oportunidades oferecidas por uma boa educação, por meio de propostas pedagógicas que respeitem os princípios éticos, que valorizam a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; os princípios políticos, que garantem os direitos de cidadania, o exercício da criticidade e o respeito à ordem democrática; e os princípios estéticos que valorizam a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a diversidade de manifestações artísticas e culturais, definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 7).

3- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (METAS, ETAPAS OU FASE)

META 01	Período de Execução	
	Início	Término
Oferecer uma educação de qualidade às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos da Região do Município na qual o CEDIN está inserido.	MAIO/2020	MAIO/2022
Indicadores a serem utilizados para aferição do cumprimento da meta		
<ul style="list-style-type: none"> Satisfação dos pais e alunos com o atendimento pedagógico oferecido; Objetivos atingidos referentes à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Base Nacional Comum Curricular, Matriz Curricular de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal, Proposta Curricular para Berçários da Rede de Ensino Municipal; Formação com os diferentes segmentos da escola (professores, auxiliares e equipe de apoio), de acordo com o previsto no PLANO DE TRABALHO 		
Meios de Verificação		
<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa de satisfação com a comunidade escolar; Análise qualitativa do desenvolvimento dos alunos de cada nível de ensino por meio de avaliação das propostas realizadas em sala, através de relatório e planilhas de acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da criança; Registros escritos, fotográficos, filmagens e murais evidenciando o desenvolvimento das atividades propostas. 		

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
01	Formação Continuada para os diferentes segmentos	MAIO/2020	MAIO/2022
1.1	Proporcionar 3 (três) horas mensais de formação continuada para os colaboradores que atuam na equipe de apoio operacional como: serviços gerais, auxiliares de cozinha, cozinheira e auxiliar administrativo.	Prazo de execução	Julho/2020
			Nov/2020
			Julho/2021
			Nov/2021
			Mai/2022
1.2	Garantir formação continuada com os professores e educadores, mantendo na rotina semanal, sendo 3 (três) horas para educador e 04 (quatro) horas para o professor	Prazo de execução	Julho/2020
			Nov/2020
			Jul/2021

			Nov/2021
			Maio/2022
1.3	Realizar formação específica para o Educador Volante sobre crianças portadoras de necessidades especiais com a parceria do professor A.E.E	Prazo de execução	Julho/2020
			Nov/2020
			Julho/2021
			Nov/2021
			Maio/2022
1.4	Realizar o evento Encontro Pedagógico semestralmente, com conteúdos específicos e conforme necessidades observadas nas escutas realizadas na escola com as crianças e com o grupo escola e devolutivas das pesquisas com a comunidade.	Prazo de execução	Abril/2021
			Out/2021
			Abril/2021
1.5	Incentivar a participação de todos nas formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cidadania ou de outras Instituições de Ensino.	Prazo de execução	Dez/2020
			Julho/2021
			Dez/2021
			Maio/2022
1.6	Realizar formações e acompanhamento dos programas institucionais de acordo com o documento MARCAS da Secretaria de Educação e Cidadania: Arte de se alimentar; Escola Segura; Parque com Intervenção; Comunidade Leitora; Espaços que Educam; Pedagogia dos Sonhos.	Prazo de execução	Dez/2020
			Julho/2021
			Dez/2021
			Maio/2022

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
02	Projeto Político Pedagógico	NOV/2020	MARÇO/2022
2.1	Realizar pesquisas de satisfação com as crianças, famílias, equipe escola e comunidade local.	Prazo de execução	Nov/2020
			Julho/2021
			Nov/2021
2.2	Elaborar o Projeto Político Pedagógico, norteador do trabalho pedagógico da Unidade Escolar, garantindo um bom atendimento as crianças e comunidade.	Prazo de execução	Março/2021
			Março/2022

META 02	Período de Execução	
	Início	Término
Estimular o envolvimento e participação da sociedade civil, na busca de soluções para os problemas sociais.	MAIO/2020	MAIO/2022
Indicadores a serem utilizados para aferição do cumprimento da meta		
<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de reuniões com a participação da comunidade local; Ocorrências de eventos periódicos com a participação da comunidade local. 		
Meios de Verificação		
<ul style="list-style-type: none"> Análise quantitativa e qualitativa das listas de presenças e atas de registros das reuniões realizadas; Análise das comprovações das realizações dos eventos através de fotos, filmagens e avaliação do evento. 		

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
01	Reunião de Pais	Maio/2020	Dez/2020
1.1	Estabelecer diálogo aberto com as famílias e comunidade local, a fim de promover a colaboração e parceria deles visando a ampliação e qualificação da aprendizagem dos alunos, bem como a convivência harmoniosa entre as famílias e a creche.	Prazo de execução	Julho/2020 Dez/2020
1.2	Reuniões de pais bimestrais e atendimento individual conforme necessidade pontual das crianças.	Prazo de execução	Julho/2020 Dez/2020

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
02	Eventos	Fev/2021	Dez/2021
2.1	Proporcionar aos alunos, às famílias e comunidade local, momentos que promovam a participação da família na escola, como por exemplo: festas temáticas (tais como: Dia da família e Mostra Cultural), reuniões com pais e familiares, palestras, exposições de trabalhos pedagógicos, oficinas, entre outros	Prazo de execução	Julho/2021 Dez/2021
2.2	Promover encontros culturais entre os pais, avós e tios dos alunos, para irem à escola contar histórias do passado, ler livros, ensinar uma brincadeira, tocar algum instrumento musical ou fazer uma receita	Prazo de execução	Julho/2021 Dez/2021

culinária.		
------------	--	--

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
03	Processos Formativos com as famílias	Ago/2021	Mai/2022
3.1	Promover palestras e debates que tenham como objetivo a formação dos pais, tratando de assuntos de interesse geral que tenha o objetivo de esclarecer sobre a compreensão de cada fase vivida por cada criança, como: adaptação, mordidas, sexualidade, primeiros-socorros, saúde, entre outros.	Prazo de execução	Dez/2021
			Mai/2022
3.2	Organizando propostas de reunião que envolvam "Processos Circulares – Cultura de Paz", estabelecendo uma aproximação entre a família e a escola.	Prazo de execução	Dez/2021
			Mai/2022

META 03	Período de Execução	
	Início	Término
Imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas, organizando experiências e vivências em situações estruturadas de aprendizagem	MAIO/2020	MAIO/2022
Indicadores a serem utilizados para aferição do cumprimento da meta		
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do projeto de sustentabilidade • - Alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Campo de Experiências "O EU, O OUTRO E O NÓS" (BNCC, pag. 45/46); • - Alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Campo de Experiências "CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS" (BNCC, pag. 47); • - Alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Campo de Experiências "TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS" (BNCC, pag. 48); • - Alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Campo de Experiências "ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO" (BNCC, pag. 49/50); • - Alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Campo de Experiências "ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES (BNCC, pag. 51/52) 		
Meios de Verificação		
<ul style="list-style-type: none"> • Através da análise quantitativa e qualitativa de relatórios de atividades emitidos pela OSC; • Através da aferição direta com os alunos nas visitas in loco. 		

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
01	Planejamento pedagógico e rotina	Mai/2020	Dez/2021
1.1	Garantir o atendimento das necessidades e particularidades de cada criança no período de adaptação e no decorrer do processo de aprendizagem.	Prazo de execução	Agosto/2020
			Dez/2020
1.2	Garantir as adaptações de materiais e rotinas para atendimento das crianças portadoras de necessidades especiais	Prazo de execução	Agosto/2020
			Dez/2020
1.3	Executar o planejamento pedagógico semestral, propiciando o processo de interação das crianças e o fortalecimento do seu processo de aprendizagem.	Prazo de execução	Agosto/2020
			Dez/2020
1.4	Proporcionar às crianças momentos culturais, trazendo para o contexto escolar, teatros, musicais, entre outros.	Prazo de execução	Agosto/2021
			Dez/2021

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
02	Brincadeiras e Interações práticas intencionais	Fev/2021	Dez/2021
2.1	Mantendo como foco de formação o “brincar” na Educação Infantil, e documentos norteadores como: e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Proposta Curricular para o Berçários da Rede de Ensino Municipal, Matriz Curricular de Educação Infantil do Município.	Prazo de execução	Agosto/2021
			Dez/2021
2.2	Proporcionar propostas intencionais que contenham momentos em que as crianças possam aprender brincando, através de propostas com água, tinta, meleca, argila, plástico bolha, tapetes sensoriais, móveis de encaixe e etc.	Prazo de execução	Agosto/2021
			Dez/2021

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
03	Projeto sustentabilidade	Ago/2021	Mai/2022
3.1	Criar projeto sobre a importância da sustentabilidade,	Prazo de	Agosto/2021



	focando no trabalho com materiais não estruturados na confecção de brinquedos, desenvolvendo a criatividade contribuindo para o desenvolvimento do processo de interação com o outro.	execução	Dez/2021 Maio/2022
3.2	Organizar os espaços das salas de aula de acordo com a Proposta Pedagógica da SEC, a fim de promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, por meio de situações significativas de aprendizagem e de espaços educativos.	Prazo de execução	Agosto/2021 Dez/2021 Maio/2022

META 04	Período de Execução	
	Início	Término
Garantir o monitoramento de práticas pedagógicas fundamentadas em observações sistemáticas dos resultados das aprendizagens e desenvolvimento das crianças e o monitoramento da regularidade administrativa e financeira.	MAIO/2020	MAIO/2022
Indicadores a serem utilizados para aferição do cumprimento da meta		
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos que contenham registros da prática pedagógica executada pelo docente em salas de aula; • Documentos que contenham registros dos resultados das aprendizagens e desenvolvimento das crianças com as práticas pedagógicas adotadas. 		
Meios de Verificação		
<ul style="list-style-type: none"> • Através da análise qualitativa dos registros da prática pedagógica executada pelo docente em salas de aula; • Acompanhamento in loco da prática pedagógica executada pelo docente em salas de aula; • Através da análise qualitativa dos registros dos resultados das aprendizagens e desenvolvimento das crianças com as práticas pedagógicas adotadas. 		

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
01	Monitoramento práticas pedagógicas	Mai/2020	Maio/2022
1.1	Expor às famílias o relatório de aprendizagem e o controle de frequência das crianças.	Prazo de execução	Jul/2020 Dez/2020 Jul/2021 Dez/2021



1.2	Executar os registros das práticas pedagógicas por meio de variados instrumentos, tais como: pauta de observação, imagens, portfólios, vídeos, percurso criador, entre outros.	Prazo de execução	Jun/2020
			Nov/2020
			Jun/2021
			Nov/2021
1.3	Coletar registros das práticas pedagógicas para elaboração de relatórios descritivos individual, semestral e descritivo coletivo semestral de execução de atividades.	Prazo de execução	Jun/2020
			Nov/2020
			Jun/2021
			Nov/2021
1.4	Exibir, mensalmente, as propostas realizadas pelas crianças no interior da unidade escolar.	Prazo de execução	Jun/2020
			Nov/2020
			Jun/2021
			Nov/2021
1.5	Divulgar a compilação das pesquisas de satisfação realizadas com a comunidade escolar.	Prazo de execução	Jun/2020
			Nov/2020
			Jun/2021
			Nov/2021

Nº	Etapa / Fase	Início	Término
02	Administrativo e Financeira	Maior/2020	Maior/2022
2.1	Publicar resultados referente a Unidade Escolar conforme comunicado 016/SDG/2018, site Transparência.	Prazo de execução	Jun/2020
			Nov/2020
			Jun/2021
			Nov/2021
			Maior/2022
2.2	Divulgar nas plataformas do SGTS os relatórios de Execução Pedagógicos e financeiros.	Prazo de execução	Jun/2020
			Nov/2020
			Jun/2021



Instituto
Terceira Divisão

Sociedade dos Amigos do Bairro Terceira Divisão & Adjacências

CNPJ: 00.716.578/0001-49 CCM 5.694.201-0

			Nov/2021
			Mai/2022

3. 5.1 – JORNADA DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS

	Horário de trabalho	TFC	Carga horária
Professores	Das 07h às 13h	3ª e 5ª - 14h00 as 16h00	34 Horas Semanais
Educadores	Das 7h às 16h	2ª e 4ª - 9h00 às 11h00	44 Horas Semanais
	Das 8h às 17h		
Operacional (Cozinheira, Auxiliares, ASG e ADM)	Das 7h às 16h	1ª e 3ª 6ª feira do mês - 14h30 às 16h00	44 Horas Semanais

ATENDIMENTO POR SALA – HORÁRIO DOS COLABORADORES

SALA/ AGRUPAMENTO	Professor	Educador 1	Educador 2
Berçário I	Das 07h às 13h	Das 07h às 16h	Das 08h às 17h
Berçário II	Das 07h às 13h	Das 07h às 16h	Das 08h às 17h
Infantil I	Das 07h às 13h	Das 07h às 16h	Das 08h às 17h
Infantil II	Das 07h às 13h	Das 08h às 17h	
Pré I	Das 07h às 13h	Das 08h às 17h	
Pré II	Das 07h às 13h	Das 08h às 17h	

OBS: O Instituto Terceira Divisão acrescentou a quantidade de funcionários além do mínimo exigido em edital e são eles:

01 Professor volante (o horário de trabalho será flexível de acordo com a necessidade)

01 educador volante (horário de trabalho será flexível de acordo com a necessidade)

01 auxiliar de cozinha

01 Estagiário Pedagógico

4-TRABALHO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (TFC).

OBJETIVO: Visando um atendimento de excelente qualidade aos nossos alunos, famílias e comunidade, formaremos todos os funcionários da creche continuamente, capacitando-os de acordo com suas atribuições e competências. Junto aos alunos.

JUSTIFICATIVA:

A formação do aprimoramento profissional dentro do ambiente de trabalho é um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria do ensino, trocar experiências, esmiuçar registros de sala de aula. Pensar sobre a prática pedagógica é fundamental para qualificar as intervenções do professor e educador junto aos alunos.

CRONOGRAMA DO TFC

TIPO DE FORMAÇÃO	Grupo Atendido	TFC	Carga horária
Estudos, dinâmicas e palestras relacionadas a função e também a Educação Infantil, pois, em uma Unidade Escolar somos todos educadores.	Professores	3ª e 5ª - 14h00 as 16h00	4h/semanais
	Educadores	2ª e 4ª - 9h00 às 11h00	4h/semanais
	Funcionários de apoio	1ª e 3ª 6ª feira do mês - 14h30 às 16h00	3h/mensais



5 – QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

Nº	Nome	Escolaridade	Situação funcional	Qtdd	Cargo	Salário	Total	Provisionamento de encargos trabalhistas					
								INSS	PIS	Férias	Rescisão	13º salário	FGTS
1	A contratar	Ensino Superior	CLT	1	Diretor de escola	4.200,00	4.200,00	462,00	42,00	116,67	168,00	350,00	336,00
2	A contratar	Ensino Superior	CLT	22	Professor	1.550,00	34.100,00	139,50	15,50	43,06	62,00	129,17	124,00
3	A contratar	Ensino Médio	CLT	33	Educador	1.400,00	46.200,00	112,00	14,00	38,89	56,00	116,67	112,00
4	A contratar	Ensino Fundamental	CLT	2	Cozinheira	1.450,00	2.900,00	116,00	14,50	40,28	58,00	120,83	116,00
5	A contratar	Ensino Fundamental	CLT	5	Aux. De cozinha	1.390,00	6.950,00	111,20	13,90	38,61	55,60	115,83	111,20
6	A contratar	Ensino Fundamental	CLT	7	Aux de serviços gerais	1.390,00	9.730,00	111,20	13,90	38,61	55,60	115,83	111,20
7	A contratar	Ensino Fundamental	CLT	1	Auxiliar administrativo	1.700,00	1.700,00	136,00	17,00	47,22	68,00	141,67	136,00
8	A contratar	Ensino Superior	CLT	1	Estagiário	750,00	750,00						
Total							106.530,00	8.522,40	1.065,30	2.959,17	4.261,20	8.877,50	8.522,40

6 - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS MAIO/2020aMAIO/2022 – TOTAL DE 24 MESES

Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros

Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros				TOTAL	R\$ 4.668.065,28
Bem/Serviço	Natureza de Despesa	Categoria ou Finalidade da despesa	Qtd	Custo Unitário	Custo Total
Salários e encargos trabalhistas (salário, IRRF, INSS retido, retenções diversas) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Salário	Recursos Humanos (5)	24	113.930,00	R\$2.734.320,00
Encargos patronais (PIS, FGTS, INSS patronal) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Encargos Sociais	Recursos Humanos (5)	24	9.479,70	R\$227.512,80
Provisionamento GRRF (multa rescisória) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Provisões	Recursos Humanos (5)	24	4.213,20	R\$101.116,80
13º Salário - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Salário	Recursos Humanos (5)	24	8.777,00	R\$210.648,00
1/3 de férias - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	FÉRIAS	Recursos Humanos (5)	24	2.925,00	R\$70.200,00
Rescisão de Contrato de trabalho - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT	Recursos Humanos (5)	24	500	R\$12.000,00
Benefícios (Vale transporte, cesta básica, vale alimentação/refeição) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Benefícios	Recursos Humanos (5)	24	7.000,00	R\$168.000,00
Despesas com estágio (Bolsa e contribuição CIEE) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Outras despesas	Outras despesas	24	1.000,00	R\$24.000,00
Alimentação de funcionários - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Gêneros alimentícios	Gêneros alimentícios	24	19.008,00	R\$456.192,00
Serviços de terceiros (Contador, assessoria jurídica, segurança patrimonial, assessoria de gestão e planejamento, assessoria de formação, monitoramento de câmeras e alarmes, ponto eletrônico, entre outros serviços frequentes) - Para o	Outros Serviços	Outros serviços de terceiros	24	12.450,00	R\$298.800,00



Instituto
Terceira Divisão

Sociedade dos Amigos do Bairro Terceira Divisão & Adjacências

CNPJ: 00.716.578/0001-49 CCM 5.694.201-0

cumprimento das metas de 01 a 06					
Serviços diversos (medicina do trabalho, correios, manutenção predial, manutenção de equipamentos, manutenção de veículos, dedetização, limpeza caixa d'água, publicações, entre outros serviços esporádicos) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Outros Serviços	Outros serviços de terceiros	24	550,00	R\$13.200,00
Material para manutenção predial e de equipamentos - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Outras despesas	Outras despesas	24	550,00	R\$13.200,00
Material de consumo (pedagógico, escritório, papelaria, material de higiene e limpeza, entre outros) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Material de Consumo	Outros materiais de consumo	24	12.200,00	R\$292.800,00
Despesas diversas (uniformes, utensílios de cozinha, EPI's, entre outros) - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Outras despesas	Outras despesas	24	1.019,82	R\$24.475,68
Seguro Predial - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Seguros	Outras despesas	24	100	R\$2.400,00
Combustível - Para o cumprimento das metas de 01 a 06	Combustível	Combustível	24	800	R\$19.200,00

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72

7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72

13º Mês	14º Mês	15º Mês	16º Mês	17º Mês	18º Mês
R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72

19º Mês	20º Mês	21º Mês	22º Mês	23º Mês	24º Mês
R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72	R\$194.502,72

8.1 Valor total do Termo de Colaboração

VALOR DO TERMO EM 2020: R\$ 1.556.021,76

VALOR DO TERMO EM 2021: R\$ 2.334.032,64

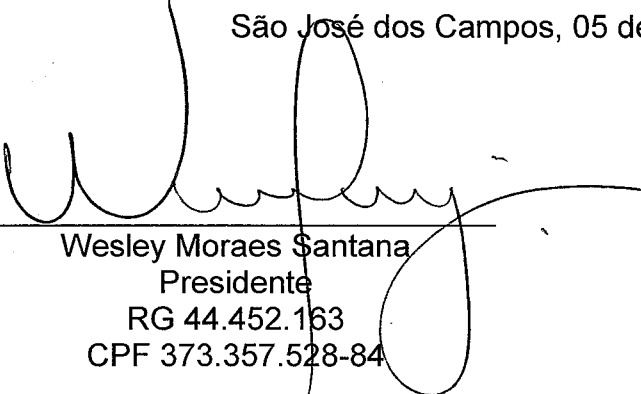
VALOR DO TERMO EM 2022: R\$ 778.010,88

O valor total do Termo de Colaboração será de R\$ 4.668.065,28.

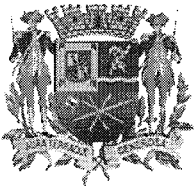
DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da OSC INSTITUTO SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO TERCEIRA DIVISÃO & ADJACÊNCIAS, declaro, à Prefeitura de São José dos Campos e Secretaria de Educação e Cidadania, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

São José dos Campos, 05 de fevereiro de 2020.



Wesley Moraes Santana
Presidente
RG 44.452.163
CPF 373.357.528-84



MEMORIAL DESCRITIVO DO IMÓVEL

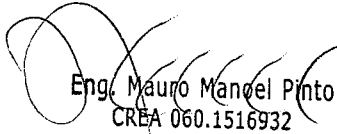
Unidade: Centro de Educação Infantil - CEDIN - Maria Aparecida Barboza Pedroza.

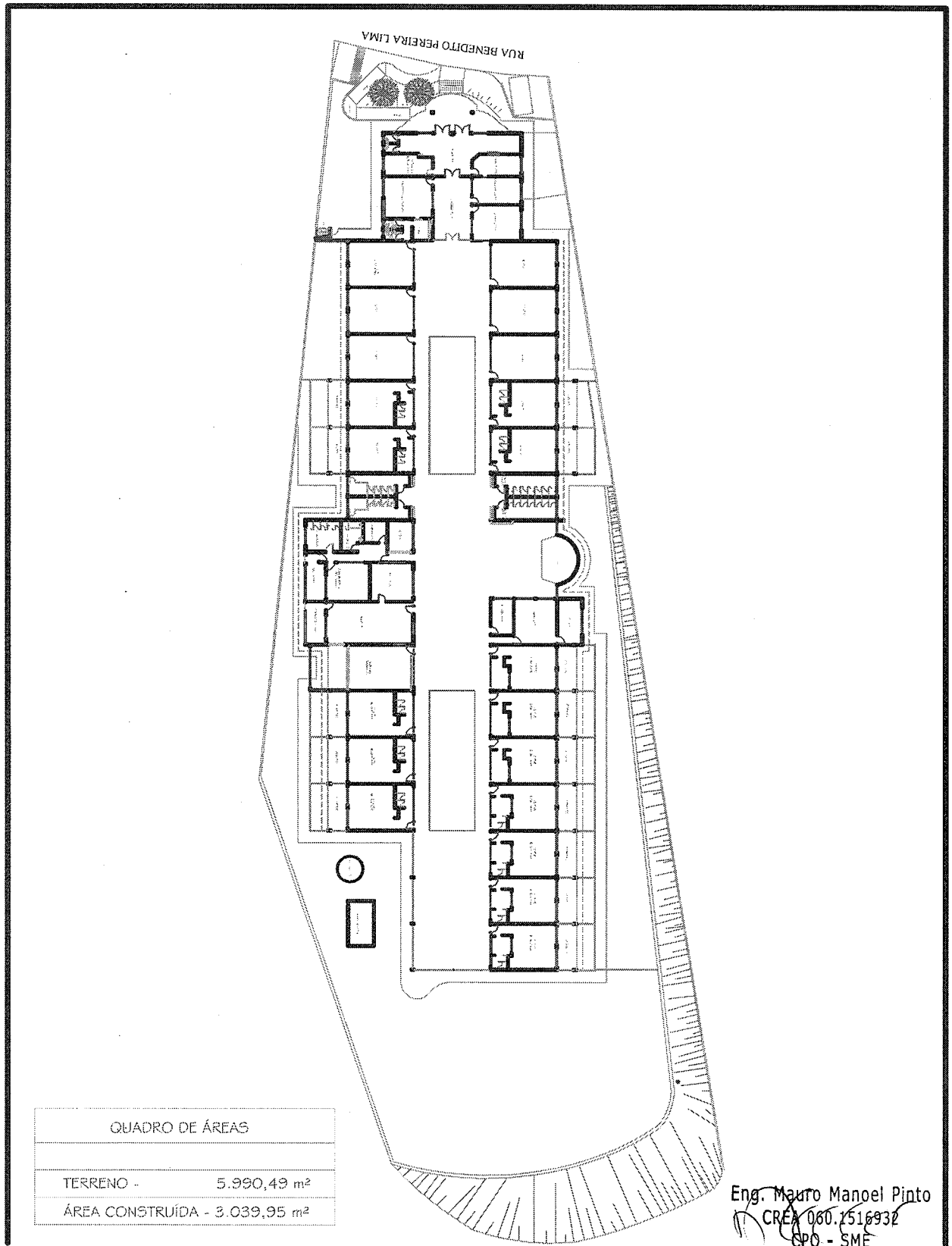
Área Terreno: 5.990,49m².

Área Construída: 3.039,95m².

Trata-se de imóvel público de domínio municipal, situado à Rua Benedito Pereira Lima, nº 390, Jardim Telespark, de formato irregular, em aclave e com benfeitorias, ou seja, edificação em alvenaria com cobertura, instalações elétricas e hidro-sanitárias, piso e pintura, com área total construída de 3.039,95m², com as seguintes medidas e confrontações do terreno: medindo em dois segmentos 16,32m de extensão em reta e 29,68m de extensão em curva de frente para a Rua Benedito Pereira Lima; pelo lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel medindo em quatro segmentos: 18,75m de extensão em reta; deflete para a direita e segue por 4,32m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 13,45m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 38,76m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 54,88m de extensão em reta, confrontando com a área remanescente de domínio público municipal, de fundos em catorze segmentos: neste deflete à direita e segue por 4,13m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 3,73m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 12,15m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 8,07m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,03m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,32m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 16,18m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,01m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 3,98m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 4,04m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 20,21m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 7,97m de extensão em reta; neste deflete à direita e segue por 16,37m de extensão em reta, confrontando com a área remanescente de domínio público municipal; neste deflete à direita e segue por 84,63m de extensão em reta, confrontando com área da Mitra Diocesana de São José dos Campos - Paróquia de São Benedito, fechando o perímetro, perfazendo uma área de **5.990,49m²** (cinco mil, novecentos e noventa metros quadrados e quarenta e nove décimos quadrados) de área.

São José dos Campos, 24 de Março de 2020.


Eng. Mauro Manoel Pinto
CREA 060.1516932
CPO - SME



Eng. Mauro Manoel Pinto
 CREA 060.1516932
 CPO - SME

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA

CEDIN - MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROSA		FOLHA 1 / 1
ESCALA 1:700	END - R. BENEDITO PEREIRA LIMA, 390 - JD. TELESPARK	
11/12/2019	LEVANTAMENTO BÁSICO DE LOCAÇÃO	

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL N.º 23DAA-SUS/19.
(referente ao processo interno n.º 158.201/19).

1. Proprietária: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, sediada à Rua José de Alencar, 123 - Centro.
2. Interessada: Secretaria Municipal de Educação.
3. Objetivo do laudo: determinar o valor de um imóvel.
4. Localização: o imóvel está situado à Rua Benedito Pereira Lima, n.º 390, Jardim Telespark, São José dos Campos – SP.
5. Área total: o perímetro do terreno encerra uma área de 5.990,49m², com uma área construída de 3.039,95m².
6. Vistoria: inspecionando o imóvel, observamos localizar-se em um bairro classe média.
7. Para avaliar o imóvel utilizamos as normas do IBAPE-SP - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo.
8. Pesquisa de valores: às fontes de informações pesquisadas foram os anúncios publicados no jornal local, que forneceram os seguintes valores:

Elemento n.º 01:

Informação obtida dia 24/04/2019 no site Viva Real.

Anunciante tel. 3921-9244 ou 97404-0855.

Local: Rua José da Costa Pinheiro, Santana.

Área de 162,00m².

Topografia plana.

Valor = R\$210.000,00.

Valor unitário = $210.000,00/162,00 = R\$1.296,30/m^2$.

Elemento n.º 02:

Informação obtida dia 24/04/2019 no site Viva Real.

Anunciante tel. 3913-1882 ou 97406-3782.

Local: Santana.

Área de 816,00m².

Topografia plana.

Valor = R\$1.000.000,00.

Valor unitário = $1.000.000,00/816,00 = R\$1.225,49/m^2$.

Elemento n.º 03:

Informação obtida dia 24/04/2019 no site Viva Real.

Anunciante tel. 98104-9034.

Local: Praça Monsenhor Luiz Gonzaga Alves Cavalheiro, Santana.

Área de 440,00m².

Topografia plana.

Valor = R\$450.000,00.

Valor unitário = $450.000,00/440,00 = R\$1.022,73/m^2$.

Elemento n.º 04:

Informação obtida dia 24/04/2019 no site Viva Real.

Anunciante tel. 3209-1918 ou 3033-5970.

Local: Jardim Altos de Santana.

Área de 1.000,00m².

Topografia plana.

Valor = R\$1.000.000,00.

Valor unitário = 1.000.000,00/1.000,00 = R\$1.000,00/m².

Elemento n.º 05:

Informação obtida dia 24/04/2019 no site Viva Real.

Anunciante, tel. 3307-7677 ou 3307-7477.

Local: Santana.

Área de 700,00m².

Topografia plana.

Valor = R\$800.000,00.

Valor unitário = 800.000,00/700,00 = R\$1.142,86/m².

9. Homogeneização dos valores: considerando como lote padrão uma área plana, com 10,00m de frente e profundidade de 30,00m, com os melhoramentos públicos de rua pavimentada, energia elétrica, água potável e esgoto:

Fator de fonte (Ff), Considerado 0,90 para imóveis em oferta de venda, que supõe existir uma elasticidade de negociação.

Fator de testada = Ft = (Ti/Tr)^{0,25}.

Ti = 10,00 m, testada ideal correspondente à zona onde se situa o imóvel.

Tr = testada real do elemento pesquisado.

Não considerando do Ft o que extrapolar o intervalo:

$(1/2)^{0,25} \leq Ft \leq (2)^{0,25}$.

Fator de profundidade (Fp):

P(mi) = Profundidade mínima padrão = 20,00m.

P(máx) = Profundidade máxima padrão = 40,00m.

P(eq) = Profundidade equivalente = Área/testada.

Para $P(mi)/2 \leq P(eq) \leq 2 \times P(máx)$ então:

Se $P(mi)/2 \leq P(eq) < P(mi)$:

$Fp = (P(mi)/P(eq))^{0,50}$.

Se $P(mi) \leq P(eq) \leq P(máx)$ então $Fp = 1,00$.

Se $P(máx) < P(eq) \leq 2 \times P(máx)$:

$Fp = (P(eq)/P(máx))^{0,50}$.

Para $P(eq) < P(mi)/2$ ou $P(eq) > 2 \times P(máx)$ então:

$Fp = (2,00)^{0,50} = 1,41$.

Fator de Topografia (Fto), indicados na tabela e leva em consideração a declividade da superfície dos lotes.

Valor Homogeneizado = Vh = Vu x Ff x Ft x Fp x Fto.

Elemento	Vu	Ff	Ft	Fp	Fto	Vh
01	1.296,30	0,90	1,00	1,00	1,00	1.166,67
02	1.225,49	0,90	1,00	1,00	1,00	1.102,94
03	1.022,73	0,90	1,00	1,00	1,00	920,46
04	1.000,00	0,90	1,00	1,00	1,00	900,00
05	1.142,86	0,90	1,00	1,00	1,00	1.028,57
\bar{x} = Valor médio						1.023,73
+30% = $\bar{x} \times 1,3$						1.330,85
-30% = $\bar{x} \times 0,70$						716,61
$s = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^N (\bar{x} - x_i)^2}{N-1}}$						114,79

Como não existe nenhum valor que extrapola os limites, os elementos pesquisados satisfazem a exigência.

A distribuição t de Student, estima a média da população com confiança de 80% de resultados certos, com uma pequena amostra de $N=5$ ($v=N-1=4$, $t_c = t_{0,90} = 1,53$) por:

$$\mu = \bar{x} \pm t_c \frac{s}{\sqrt{N-1}} = 1.023,73 \pm 1,53 \frac{114,79}{\sqrt{5-1}} = 1.023,73 \pm 87,81 \quad 935,92 \leq \mu \leq 1.111,54$$

Com confiança de $[(1.111,54 - 935,92) / 1.023,73] \cdot 100 = 17,16\% < 30\%$ Grau III.

10. Cálculo do valor dos terrenos (Vt), considerando o Fator de Testada (Ft), Fator de Profundidade (Fp), Fator de Topografia (Fto) e Fator de área (Fa):

$$Vt = \text{Área} \times Vm \times Ft \times Fp \times Fto \times Fa.$$

$$\text{Área} = 5.990,49 \text{m}^2.$$

$$Vm = \text{R\$}/\text{m}^2.$$

$$Ft = \text{Fator de testada} = (Tr/Ti)^{0,25} = 1,00.$$

Tr = testada real da Área avaliando.

Ti = 10,00m, testada ideal correspondente à zona onde se situa o imóvel.

Não considerando do Ft o que extrapolar o intervalo:

$$(1/2)^{0,25} \leq Ft \leq (2)^{0,25}.$$

$$Fp = \text{Fator de profundidade} = 1,00.$$

P(mi) = Profundidade mínima padrão = 20,00m.

P(máx) = Profundidade máxima padrão = 40,00m.

P(eq) = Profundidade equivalente.

Para $P(mi)/2 \leq P(eq) \leq 2 \times P(máx)$ então:

Se $P(mi)/2 \leq P(eq) < P(mi)$:

$$Fp = (P(eq)/P(mi))^{0,50}.$$

Se $P(mi) \leq P(eq) \leq P(máx)$ então $Fp = 1,00$.

Se $P(máx) < P(eq) \leq 2 \times P(máx)$:

$$Fp = (P(máx)/P(eq))^{0,50}.$$

Para $P(eq) < P(mi)/2$ ou $P(eq) > 2 \times P(máx)$ então:

$$Fp = (1/2)^{0,50} = 0,71.$$

$$Fto = 1,00.$$

$$Vt = \text{Área} \times Vm \times Ft \times Fp \times Fto \times Fa.$$

$$Fa = (Ap/Aa)^{0,125} = \text{Fator de área.}$$

$$Ap = 623,60\text{m}^2 = \text{área média dos elementos pesquisados.}$$

$$Aa = \text{área avaliada} = \text{m}^2.$$

$$Fa = (815,60/5.990,49)^{0,125} = 0,75.$$

$$Vt = 5.990,49 \times 1.023,73 \times 1,00 \times 1,00 \times 1,00 \times 0,75 = \text{R\$}4.599.483,25.$$

11. Cálculo do valor da construção (Vc), de acordo com CUB PN-R1 de Novembro/2019:

$$Vc = \text{Área construída (Ac)} \times \text{CUPE} \times \text{Correção do Padrão (CP)} \times \text{B.D.I.}$$

$$Vc = Ac \times \text{CUPE} \times \text{CP} \times \text{B.D.I.}$$

CUB em R\$/m² = Custos Unitários Básico no Estado de São Paulo.

CP = Corrige a variação de padrão entre o CUPE considerado e o padrão existente na área da construção que está sendo calculada.

B.D.I. = 1,10 = Benefício e Despesas Indiretas que inclui lucro do construtor, despesas administrativas, etc.

Item	Área	CUPE	Cp	B.D.I.	Vc
Construção	3.039,95	1.746,46	1,10	1,10	6.424.072,80

12. Valor total do imóvel (Vti):

$$Vti = Vt + Vac$$

$$Vti = 4.599.483,25 + 6.424.072,80 = 11.023.556,05.$$

Portanto, o valor do imóvel é onze milhões, vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e seis Reais e cinco centavos.

13. Encerramento: o presente laudo vai impresso em quatro folhas apenas no anverso, estando a última datada e assinada e as demais rubricadas.

Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, 20 de Dezembro de 2.019.



Eng.º Alfredo Dirnas Moreira Garcia.
Avaliador CREA 0600.89464.9/D.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 1 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
98097	30767	ESPREDADOR DE LARANJA - INDUSTRIAL C/ 02 CASTANHAS (01 P/LARANJA E 01 P/ LIMAO) 220 V ** VIDE CO	MEMO 223/CME/17	18/01/2002	62,00
98759	47628	CADEIRA FIXA, COM PE CONTINUO, SEM BRACOS, COM ESTRUTURA TUBULAR CONFECCIONADA COM ESPUMA DE POLIURE	20619-1309614206	02/04/2002	38,99
98764	47628	CADEIRA FIXA, COM PE CONTINUO, SEM BRACOS, COM ESTRUTURA TUBULAR CONFECCIONADA COM ESPUMA DE POLIURE	20619-1309614206	02/04/2002	38,99
98767	47628	CADEIRA FIXA, COM PE CONTINUO, SEM BRACOS, COM ESTRUTURA TUBULAR CONFECCIONADA COM ESPUMA DE POLIURE	20619-1309614206	02/04/2002	38,99
98776	47628	CADEIRA FIXA, COM PE CONTINUO, SEM BRACOS, COM ESTRUTURA TUBULAR CONFECCIONADA COM ESPUMA DE POLIURE	20619-1309614206	02/04/2002	38,99
98777	47628	CADEIRA FIXA, COM PE CONTINUO, SEM BRACOS, COM ESTRUTURA TUBULAR CONFECCIONADA COM ESPUMA DE POLIURE	20619-1309614206	02/04/2002	38,99
98784	47628	CADEIRA FIXA, COM PE CONTINUO, SEM BRACOS, COM ESTRUTURA TUBULAR CONFECCIONADA COM ESPUMA DE POLIURE	20619-1309614206	02/04/2002	38,99
98791	47628	CADEIRA FIXA, COM PE CONTINUO, SEM BRACOS, COM ESTRUTURA TUBULAR CONFECCIONADA COM ESPUMA DE POLIURE	20619-1309614206	02/04/2002	38,99
117317	39744	MESA ESCRIVANINHA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, COM 03 GAVETAS, ESTRUTURA EM FERRO - MED. 0,80 X		20/01/2004	140,00
117321	39744	MESA ESCRIVANINHA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO, COM 03 GAVETAS, ESTRUTURA EM FERRO - MED. 0,80 X	RC 18620	20/01/2004	140,00
124614	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40
124629	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40
124630	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40
124647	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40
124665	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 2 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
124673	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40
124676	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40
124679	24340	CADEIRA FIXA ESTOFADA REVESTIDA EM COURVIM - MED.: LARGURA ENCOSTO 0,36 X ALT ENCOSTO 0,28 X LARG A		28/07/2004	35,40
125968	70799	ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM DE 0,5 KVA, ENTRADA BIVOLT, SAIDA 115 V, 04 TOMADAS TRIPOLARES, EM CONF. NB	MEMO 26/INFO/18	24/08/2004	59,00
137295	69838	CADEIRA DE RODAS CONSTRUIDA EM TUBOS DE ALUMINIO AERONAUTICO, DOBRAVEL EM DUPLO X DE ALTA RESISTENCI		24/05/2005	1.495,00
145692	82208	BATEDEIRA ELETRICA DE BOLO, DOMESTICA, 3 BATEDORES PARA MASSA LEVE, MEDIA E PESADA, 3 VELOCIDADES, P	CONFORME MEMO 076/EIPOC/2013	14/01/2006	320,00
147207	47494	EXTRATOR INDUSTRIAL DE SUCO, MOTOR 1/4HP, 110/220V (BIVOLT), EM ALUMINIO POLIDO, 320 WATTS DE POTENC	CONFORME MEMO 076/EIPOC/2013	13/02/2006	128,00
154074	82208	BATEDEIRA ELETRICA DE BOLO, DOMESTICA, 3 BATEDORES PARA MASSA LEVE, MEDIA E PESADA, 3 VELOCIDADES, P	MEMO 19/FBM/18	25/08/2006	215,00
169865	31581	ARMARIO EM ACO COM 2 PORTAS (DE ABRIR RC 10106 E 4 PRATELEIRAS, EM CHAPA 22, MEDINDO 1,96 X 0,90 X 0,38 M,		02/08/2007	340,00
169881	39745	MESA ESCRIVANINHA EM MDF C/02 GAVETAS RC 8382 1,25 X 0,74 X 0,68 M (+/- 05 CM)		02/08/2007	109,00
169882	39745	MESA ESCRIVANINHA EM MDF C/02 GAVETAS RC 8382 1,25 X 0,74 X 0,68 M (+/- 05 CM)		02/08/2007	109,00
169883	39745	MESA ESCRIVANINHA EM MDF C/02 GAVETAS RC 8382 1,25 X 0,74 X 0,68 M (+/- 05 CM)		02/08/2007	109,00
171206	42060	CADEIRA FIXA, S/ BRACOS, ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDOS DE TECIDO - MED. DC ASSENTO: 0,42 X 0,39 M - M		29/08/2007	38,50
171207	42060	CADEIRA FIXA, S/ BRACOS, ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDOS DE TECIDO - MED. DC ASSENTO: 0,42 X 0,39 M - M		29/08/2007	38,50
171211	42060	CADEIRA FIXA, S/ BRACOS, ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDOS DE TECIDO - MED. DC ASSENTO: 0,42 X 0,39 M - M		29/08/2007	38,50
175256	95956	APARELHO DE TV - 29" - COLORIDO - BIVOLT, RC 22350 60 HZ, C/ CONTROLE REMOTO, TELA PLANA		03/01/2008	662,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 3 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
181274	36090	APARELHO TELEFONICO MULTIFREQUENCIAL COM TECLA FLASH, REDISCAGEM E MUDO, CHAVE DE TOM/PULSO, 3 VOLUM		05/06/2008	42,00
181605	34596	REFRIGERADOR COMERCIAL - 04 PORTAS - 860 LITROS - ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO TOTALMENTE EM CHAPA D		03/06/2008	4.990,00
189154	59189	BALCAO TERMICO COM 06 CUBAS - TIPO GASTRONORM, INFANTIL, 65CM, CUBAS GN 1/2 X 100, CUBAS EM ACO INOX		26/01/2009	855,00
194135	108255	APARELHO DE DVD PORTATIL, REPRODUCAO EM DVD, DVD-R/RW, CD, CD-R/RW, VCD, SVCD, MP3, MPEG, WMA, JPEG,		13/08/2009	124,00
195964	59189	BALCAO TERMICO COM 06 CUBAS - TIPO GASTRONORM, INFANTIL, 65CM, CUBAS GN 1/2 X 100, CUBAS EM ACO INOX		08/10/2009	1.049,00
196906	87784	MONITOR LCD DE 17 POLEGADAS		22/09/2009	600,00
205469	114620	ARMARIO DE MDF - MED: 90 X 90 CM, COM 02 PORTAS E 03 PRATELEIRAS (VARIACAO +/- 10 CM)	- CONFORME MEMO: 0136/DEI/2010 - CINTIA EBRAM.	15/07/2010	185,00
206046	105355	ARMARIO EXECUTIVO C/ DUAS PORTAS, CHAVES, TRES PRATELEIRAS, ESTRUTURA MDF 15MM, TAMPO ENTRE LADOS, A		12/08/2010	214,00
206047	105355	ARMARIO EXECUTIVO C/ DUAS PORTAS, CHAVES, TRES PRATELEIRAS, ESTRUTURA MDF 15MM, TAMPO ENTRE LADOS, A		12/08/2010	214,00
207565	110553	ARMARIO BAIXO MODELO SECRETARIA COM 02 PORTAS - 90 X 40 X 72CM - TAMPO DE 25 MM E FUNDO DE 18 MM - C	- CONFORME MEMO Nº 0454/DEI/2010 - CINTIA EBRAN.	22/09/2010	179,00
207566	110553	ARMARIO BAIXO MODELO SECRETARIA COM 02 PORTAS - 90 X 40 X 72CM - TAMPO DE 25 MM E FUNDO DE 18 MM - C	- CONFORME MEMO Nº 0454/DEI/2010 - CINTIA EBRAN.	22/09/2010	179,00
207567	110553	ARMARIO BAIXO MODELO SECRETARIA COM 02 PORTAS - 90 X 40 X 72CM - TAMPO DE 25 MM E FUNDO DE 18 MM - C	- CONFORME MEMO Nº 0454/DEI/2010 - CINTIA EBRAN.	22/09/2010	179,00
209237	103240	MESA DE PEBOLIM, CONFECCIONADA EM MADEIRA MACICA, BONECOS DE ALUMINIO FUNDIDO COM PINTURA EPOXI, COM		05/11/2010	632,00
209238	103240	MESA DE PEBOLIM, CONFECCIONADA EM MADEIRA MACICA, BONECOS DE ALUMINIO FUNDIDO COM PINTURA EPOXI, COM		05/11/2010	632,00
209357	44543	BEBEDOURO ELETRICO - TIPO GARRAFAO, C/ GABINETE EM ACO INOX E 2 TORNEIRAS - 220V, TAMPA, BASE, PINGA		18/11/2010	372,80
209358	44543	BEBEDOURO ELETRICO - TIPO GARRAFAO, C/ GABINETE EM ACO INOX E 2 TORNEIRAS - 220V, TAMPA, BASE, PINGA		18/11/2010	372,80



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 4 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
209359	88945	BEBEDOURO CONJUGADO, CORPO EM ACO INOX, RESERVATORIOS EM PLASTICO POLIPROPILENO, TENSAO 127/220 V -		18/11/2010	619,80
226524	115990	MICROCOMPUTADOR C/PROCESSADOR 2.6 GHZ 2 NUCLEOS , 04 GB RAM, HD 320 GB SATA, MONITOR LCD 18,5", DVD	- CONFORME MEMO 346/INFO/2012	30/12/2011	986,00
226810	104971	MONITOR LCD WIDESCREEN DE 18,5 POLEGADAS	- CONFORME MEMO 346/INFO/2012	30/12/2011	269,00
227096	56030	ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM 0.5 KVA, 220 X 110 VOLTS, COM FILTRO DE LINHA	- CONFORME MEMO 346/INFO/2012	30/12/2011	80,00
228094	110273	CADEIRA PARA REFEICAO (PARA BEBE) COM DUAS BANDEJAS SOBREPOSTAS (A DE CIMA PODE SER RETIRADA APOS A		24/05/2012	226,80
228096	110273	CADEIRA PARA REFEICAO (PARA BEBE) COM DUAS BANDEJAS SOBREPOSTAS (A DE CIMA PODE SER RETIRADA APOS A		24/05/2012	226,80
228097	110273	CADEIRA PARA REFEICAO (PARA BEBE) COM DUAS BANDEJAS SOBREPOSTAS (A DE CIMA PODE SER RETIRADA APOS A		24/05/2012	226,80
237396	62909	FREEZER HORIZONTAL - 420 LITROS, 02 TAMPAS, 04 RODIZIOS, 220 V		29/10/2012	1.605,00
238715	102002	MICRO SYSTEM, PORTATIL, COMPATIVEL COM CD, CD-R, CD-RW, MP3, RADIO AM/FM, TOCA-FITAS, CONTROLE REMOT	- CONFORME RC 7062/12	07/09/2012	275,90
238718	102002	MICRO SYSTEM, PORTATIL, COMPATIVEL COM CD, CD-R, CD-RW, MP3, RADIO AM/FM, TOCA-FITAS, CONTROLE REMOT	- CONFORME RC 7062/12	07/09/2012	275,90
239525	122485	MICROCOMPUTADOR C/PROCESSADOR 3.3 GHZ 2 NUCLEOS , 04 GB RAM, HD 320 GB SATA, MONITOR LCD 18,5", DVD	- CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	1.057,07
239529	122485	MICROCOMPUTADOR C/PROCESSADOR 3.3 GHZ 2 NUCLEOS , 04 GB RAM, HD 320 GB SATA, MONITOR LCD 18,5", DVD	CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	1.057,07
239553	122485	MICROCOMPUTADOR C/PROCESSADOR 3.3 GHZ 2 NUCLEOS , 04 GB RAM, HD 320 GB SATA, MONITOR LCD 18,5", DVD	- CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	1.057,07
239606	104971	MONITOR LCD WIDESCREEN DE 18,5 POLEGADAS	- CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	223,62
239607	104971	MONITOR LCD WIDESCREEN DE 18,5 POLEGADAS	- CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	223,62
239609	104971	MONITOR LCD WIDESCREEN DE 18,5 POLEGADAS	- CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	223,62
239671	104971	MONITOR LCD WIDESCREEN DE 18,5 POLEGADAS	CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	223,62
239680	104971	MONITOR LCD WIDESCREEN DE 18,5 POLEGADAS	CONFORME MEMO 20/INFO/2013	19/09/2012	223,62



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 5 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Codigo	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
241525	100078	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, 10 LITROS, COPO C/SISTEMA DE COSTELAS ESTAMPADAS EM ACO INOX, TAMPA DO CO		26/06/2013	649,00
241937	106616	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS, COR BRANCA, C/FUNCOES DE FIAR/RALAR/PICAR/TRITURAR/MISTURAR, C/ LAMIN		30/07/2013	249,00
248710	125530	MICROCOMPUTADOR C/PROCESSADOR 3.6 GHZ 2 NUCLEOS , 08 GB RAM, HD 320 GB SATA, MONITOR LED 21,5", DVD	CONFORME MEMO 0079/INFO/2014	23/11/2013	1.641,83
253623	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	CONF. MEMO 0349/INFO/2017	18/12/2013	1.964,35
255086	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	MEMO 0269/INFO/2017	21/12/2013	1.990,50
255424	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB20 FF57 / DENISE APARECIDA DOS SANTOS SOARES - RG: 28.893.412-X / CPF: 272.811.568-04	21/12/2013	1.990,50
255425	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS. 1AB20 F896 / IARA DE FATIMA BORGES MACHADO / RG: 20.436.807-8 / CPF: 098.617.078-08	21/12/2013	1.990,50
255426	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB20 F59X / DAIANE CRISTINA BRASIL BARCELLOS RG: 46.382.814-8 / CPF: 391.352.878-45	21/12/2013	1.990,50
255427	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 WC3M / MARIA CAROLINA VIEIRA DE MORAIS / RG: 40.035.854-2 / CPF: 306.357.778-27	21/12/2013	1.990,50
255430	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 WC5W / SOLANGELA SOUZA SILVEIRA DA FONSECA / RG: 24.387.678-6 / CPF: 160.789.008-40	21/12/2013	1.990,50
255432	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 W164 / LUANA CRISTINA ALVES DE AQUINO - RG: 40.373.529-4 / CPF: 344.221.058-50	21/12/2013	1.990,50



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 6 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
255433	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 W355 / IDEL CRISTINA PADOVAN MACHADO - RG: 40.135.102-6 / CPF: 327.102.018-36	21/12/2013	1.990,50
255435	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 WB6Y / PATRICIA FATIMA DE MELO BITTENCOURT - RG: 41.773.587-X / CPF: 327.486.858-22	21/12/2013	1.990,50
255436	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS. 1AB19 W458 / TANIA REGINA BISPO DA SILVA DOMICIANO / RG: 30.264.285-7 / CPF: 220.864.118-39	21/12/2013	1.990,50
255439	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 W670 / LUCIA CRISTINA FARIA DOS SANTOS / RG: 28.425.681-X	21/12/2013	1.990,50
255440	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 W68T / ISMENIA SOUSA SANTOS - RG: 18.415.024-3 / CPF: 098.567.338-98	21/12/2013	1.990,50
255442	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 W51R / LEANDRA APARECIDA DE SOUZA NASCIMENTO / RG: 38-934-880	21/12/2013	1.990,50
255443	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 W65E / GEOVANA FILOMENA DOS SANTOS - RG: 41.773.660-5 / CPF: 313.147.888-84	21/12/2013	1.990,50
255444	124777	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, 6 GB RAM, HD 320 GB, WINDOWS 8 PRO 64 BITS	NS.1AB19 W894 / FERNANDA ABREU DE ANDRADE / RG: 28.526.211-7 / CPF: 216.621.458-45	21/12/2013	1.990,50
258851	125588	ESTANTE EM MDF 18 MM REVESTINDO EM MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO COM BORDOS ENVERNIZADOS QUE COMPORTA	CONFORME MEMO 0083/DEI/2014	30/12/2013	550,00
258853	125588	ESTANTE EM MDF 18 MM REVESTINDO EM MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO COM BORDOS ENVERNIZADOS QUE COMPORTA		30/12/2013	550,00
258854	125588	ESTANTE EM MDF 18 MM REVESTINDO EM MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO COM BORDOS ENVERNIZADOS QUE COMPORTA		30/12/2013	550,00
258855	125588	ESTANTE EM MDF 18 MM REVESTINDO EM MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO COM BORDOS ENVERNIZADOS QUE COMPORTA		30/12/2013	550,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 7 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
258857	125588	ESTANTE EM MDF 18 MM REVESTINDO EM MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO COM BORDOS ENVERNIZADOS QUE COMPORTA		30/12/2013	550,00
258858	125588	ESTANTE EM MDF 18 MM REVESTINDO EM MELAMINICO DE BAIXA PRESSAO COM BORDOS ENVERNIZADOS QUE COMPORTA		30/12/2013	550,00
259566	125599	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA EXECUTIV, MEMO 0072/DEF/2014 COM COLUNA A GAS, MECANISMO TIPO BACK SYSTEM, COM APOIA-BRACO		28/01/2014	189,00
259567	125599	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA EXECUTIV, CONFORME MEMO 0072/DEF/2014 COM COLUNA A GAS, MECANISMO TIPO BACK SYSTEM, COM APOIA-BRACO		28/01/2014	189,00
259568	125599	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA EXECUTIV, CONFORME MEMO 0072/DEF/2014 COM COLUNA A GAS, MECANISMO TIPO BACK SYSTEM, COM APOIA-BRACO		28/01/2014	189,00
260934	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,	CONFORME MEMO 0093/DEF/2014	01/02/2014	355,00
260935	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,		01/02/2014	355,00
260936	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,		01/02/2014	355,00
260937	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,		01/02/2014	355,00
260964	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,	CONFORME MEMO 0093/DEF/2014	01/02/2014	355,00
260965	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,		01/02/2014	355,00
260966	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,		01/02/2014	355,00
260967	125533	ARMARIO ALTO TAMPO EM MDF 25 MM - MEDIDAS: 800 X 500 X 1600 MM (LXPXA), REVESTIDO EM AMBAS AS FACES,		01/02/2014	355,00
263664	125591	MESA DE REUNIAO RETANGULAR, COM UM TAMPO UNICO CONFECCIONADO EM MDF DE 25 MM DE ESPESSURA - MEDIDAS:	CONFORME OFICIO 182/2014	10/02/2014	400,00
263665	125591	MESA DE REUNIAO RETANGULAR, COM UM TAMPO UNICO CONFECCIONADO EM MDF DE 25 MM DE ESPESSURA - MEDIDAS:		10/02/2014	400,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 8 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
264969	125535	ARMARIO DE ACO COM 04 PRATELEIRAS E COM PES, EM CHAPA DE ACO Nº 22, MEDIDAS 1994 X 901 X 466 MM (A)	CONFORME MEMO 0114/ACFL/2014	19/03/2014	329,00
265625	125536	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS - MEDIDAS ALTURA 1340 X LARGURA 470 X PROFUNDIDADE 710 MM, TIPO OFICI	CONFORME MEMO 0175/DEF/2014	27/03/2014	313,40
265626	125536	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS - MEDIDAS ALTURA 1340 X LARGURA 470 X PROFUNDIDADE 710 MM, TIPO OFICI		27/03/2014	313,40
265627	125536	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS - MEDIDAS ALTURA 1340 X LARGURA 470 X PROFUNDIDADE 710 MM, TIPO OFICI		27/03/2014	313,40
266300	71841	SWITCH NAO GERENCIAVEL 24 PORTAS FAST ETHERNET 10/100MBPS, CONECT. RJ-45, P/FIXACAO EM RACK DE 19", AL	CONFORME MEMO 0898/INFO/2014	19/05/2014	175,00
268203	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268207	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268208	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268209	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268211	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268212	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268214	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268217	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268218	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
268219	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRADA/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 9 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
268220	111002	MICRO SYSTEM ESTEREO MP3 COM ENTRAD/ USB, CAPACIDADE PARA 1 CD, 7 WATTS RMS, DISPLAY DIGITAL, RADIO		26/08/2014	295,00
270094	126500	ANTENA WI-FI PARA ATENDIMENTO DOS AMBIENTES INTERNOS	CONFORME MEMO 0504/INFO/2016	30/10/2014	5.334,92
270874	126501	ACCESS CONTROLLER WIRELESS - ACW	- CONFORME MEMO 0648/INFO/2015	18/11/2014	1.763,56
283223	126334	PROJETOR MULTIMIDIA INTERATIVO	CONFORME MEMO 0622/INFO/2015	01/07/2015	6.650,00
283610	101622	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM CAPACIDADE PARA 06 LITROS, COPO EM ACC INOXIDAVEL C/ TAMP A EM ALUMINIO		04/08/2015	549,00
283983	126499	ANTENA WI-FI SETORIAL PARA AMBIENTE EXTERNO	- CONFORME MEMO 0648/INFO/2015	11/09/2015	21.613,76
283984	126499	ANTENA WI-FI SETORIAL PARA AMBIENTE EXTERNO	- CONFORME MEMO 0648/INFO/2015	11/09/2015	21.022,62
285989	125535	ARMARIO DE ACO COM 04 PRATELEIRAS E COM PES, EM CHAPA DE ACO Nº 22, MEDIDAS 1994 X 901 X 466 MM (A		25/03/2014	329,00
286600	56789	BEBE CONFORTO, ASSENTO PLASTICO DE 0,60 M X 0,30 M, COM CINTO DE SEGURANCA E REGULAGEM DE ALTURA, CA		16/04/2014	154,00
286602	56789	BEBE CONFORTO, ASSENTO PLASTICO DE 0,60 M X 0,30 M, COM CINTO DE SEGURANCA E REGULAGEM DE ALTURA, CA		16/04/2014	154,00
287670	108762	BEBEDOURO ELETRICO COM 4 TORNEIRAS SUPERIORES JATO VERTICAL PARA COPO OL DO TIPO LAVATORIO(OPCIONAL)	CONFORME MEMORANDO N. 0111/JSB/2016	16/08/2016	4.300,00
287888	121551	LEITOR/GRAVADOR PARA TAGS RFID DE FREQUENCIA UHF, PORTATIL, CONEXAO USB E WIRELESS PADRAO 802.11 B/G	MEMO 740/INFO/2016	19/02/2014	6.666,66
288970	131865	GABINETE PARA ARMAZENAR E RECARREGAI DISPOSITIVOS MOVEIS		30/11/2016	3.800,00
291035	104940	REFRIGERADOR DUPLEX C/CAPACIDADE TOTAL P/480 LITROS, 220 V., COR BRANCA, C/ PRATELEIRAS REMOVIVEIS N	CONFORME MEMO 0239/CME/2017	22/11/2017	1.930,00
291572	125591	MESA DE REUNIAO RETANGULAR, COM UM TAMPO UNICO CONFECCIONADO EM MDF DE 25 MM DE ESPESSURA - MEDIDAS:		04/01/2018	385,00
291573	125591	MESA DE REUNIAO RETANGULAR, COM UM TAMPO UNICO CONFECCIONADO EM MDF DE 25 MM DE ESPESSURA - MEDIDAS:		04/01/2018	385,00
291618	111856	LIQUIDIFICADOR COM JARRA TRANSPARENTE DE 2 LITROS RESISTENTE, COM POTENCIA MINIMA DE 600W - 220V - E		11/01/2018	619,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 10 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
291634	111856	LIQUIDIFICADOR COM JARRA TRANSPARENTE CONFORME MEMO DE 2 LITROS RESISTENTE, COM POTENCIA MINIMA DE 600W - 220V - E	0015/CME/2018	11/01/2018	619,00
291726	58852	ARMARIO TIPO ROUPEIRO C/16 VAOS, C/PITAI P/CADEADO, TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM, PINTURA EPOXI - CHAPA		16/01/2018	668,00
291727	58852	ARMARIO TIPO ROUPEIRO C/16 VAOS, C/PITAI P/CADEADO, TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM, PINTURA EPOXI - CHAPA		16/01/2018	668,00
291966	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291967	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291968	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291969	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291970	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291971	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291972	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291973	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291974	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
291975	133135	MICRO SYSTEM ESTEREO, PORTATIL, CD PLAYER, CONEXOES: USB, ENTRADA AUXILIAR, POTENCIA: 20 A 30 WATTS		19/01/2018	352,40
296569	51116	FOGAO INDUSTRIAL A GAS, 6 BOCAS DUPLAS C/CHAPA OU BANHO MARIA DE BAIXA PRESSAO, 2 FORNOS, GRELHA DE		02/08/2019	2.500,00
297172	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 11 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
297173	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297174	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297175	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297176	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297177	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297178	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297179	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297180	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297181	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		28/08/2019	578,00
297600	136551	CAIXA DE SOM PORTATIL AMPLIFICADA, POTENCIA MINIMA DE 40W RMS, FUNCOES: BLUETOOTH, GRAVACAO DE VOZ D		16/09/2019	183,00
297601	136551	CAIXA DE SOM PORTATIL AMPLIFICADA, POTENCIA MINIMA DE 40W RMS, FUNCOES: BLUETOOTH, GRAVACAO DE VOZ D		16/09/2019	183,00
298281	110944	FREEZER HORIZONTAL COM CAPACIDADE TOTAL DE 546 LITROS, NA COR BRANCA, COM 02 (DUAS) PORTAS (TAMPAS)	CONF.RC 10006/2019 - SERA UTILIZADO NO CEDIN MA.AP.BARBOSA PEDROZA	16/10/2019	2.299,00
298340	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298341	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298342	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 12 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
298343	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298344	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298345	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298346	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298347	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298348	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298349	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298350	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298351	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298352	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298353	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298354	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298355	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298356	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298357	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
RELATÓRIO DE PATRIMÔNIO POR UNIDADE
ORÇAMENTÁRIA

Pag. 13 de 13

Unidade orçamentária: 3674 SEC/CEDIN MARIA APARECIDA BARBOZA PEDROZ

Nº Placa	Código	Descrição do material	Observação	Aquisição	Valor
298358	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298359	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298360	136404	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO DE INSTALACAO FIXA, COM VAZAO DE AR DE 500 A 8000 M3/H, CONSUMO MAXI		22/10/2019	2.400,00
298515	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		17/10/2019	578,00
298516	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		17/10/2019	578,00
298517	136412	SULFITEIRA DE MADEIRA, CONFECCIONADA EM MDF BRANCO DE 15 MM, 34 VAOS (17 DE CADA LADO), MEDINDO APRO		17/10/2019	578,00
300325	121018	MONITOR LCD DE 21,5 POLEGADAS		06/11/2019	440,00
300327	121018	MONITOR LCD DE 21,5 POLEGADAS		06/11/2019	440,00
300329	121018	MONITOR LCD DE 21,5 POLEGADAS		06/11/2019	440,00
300436	133630	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR DE 3.9 GHZ.		06/11/2019	2.403,00
300438	133630	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR DE 3.9 GHZ.		06/11/2019	2.403,00
300441	133630	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR DE 3.9 GHZ.		06/11/2019	2.403,00
302392	60667	SECADORA DE ROUPAS, CAPACIDADE MINIMA/ DE 10 KG, 02 NIVEIS DE SECAGEM, COM NO MINIMO 08 PROGRAMAS DOM		17/12/2018	1.300,00
302905	133137	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS, CAPACIDADE DE 12KG, GABINETE EM ACO GALVANIZADO, COR BRANCO, PROGRAMACAO AU		14/01/2019	1.435,00
303864	106575	BALANCA ELETRONICA COM CAPACIDADE MAXIMA PARA 15 KG/DIVISAO DE 5 G, NA COR BRANCA, MEDINDO APROXIMA		17/04/2019	503,00
306138	136862	BEBEDOURO TIPO INDUSTRIAL SUSPENSO, CAPACIDADE PARA 200 LITROS, REVESTIMENTO EXTERNO E INTERNO EM AC		27/12/2019	3.673,00
306247	106606	FREEZER VERTICAL COM CAPACIDADE TOTAL PARA 301 LITROS, NA COR BRANCA, TENSAO DE 220 V, PORTA REVERSI	CONF.RC 14437/19	07/01/2020	2.025,00
Total U.O.:	197				232.697,94
Total Geral:	197				232.697,94